

Universidade do Vale do Paraíba  
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional  
Mestrado em Planejamento Urbano e Regional

NIKOLAS STEFANO BRUNI

**AGRICULTURA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO  
SOBRE AS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS DE  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

**URBAN AGRICULTURE AND PUBLIC POLICIES: A STUDY ON  
URBAN COMMUNITY GARDENS OF  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

São José dos Campos, SP  
2024

NIKOLAS STEFANO BRUNI

**AGRICULTURA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO  
SOBRE AS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS DE  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como requisito à obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

**Orientadora:** Profa. Dra. Adriane Aparecida Moreira de Souza

**Coorientador:** Prof. Dr. Mário Valerio Filho

São José dos Campos, SP  
2024

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

### Ficha catalográfica

BRUNI, NIKOLAS STEFANO

Agricultura urbana e políticas públicas : um estudo sobre as hortas urbanas comunitárias de São José dos Campos - SP / NIKOLAS STEFANO BRUNI; orientador, Adriane Aparecida Moreira de Souza; co-orientador Mário Valerio Filho. - São José dos Campos, SP, 2004.

93 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Agricultura urbana. 3. Hortas urbanas comunitárias. 4. Comunidades locais. 5. São José dos Campos, SP. I. Souza, Adriane Aparecida Moreira de, orient. II. Valerio Filho, Mário, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, NIKOLAS STEFANO BRUNI, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 13 de Maio de 2024.

Autor(a) da Obra


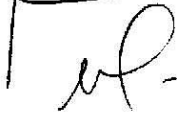



Data da defesa: 06 / 03 / 2024

Nikolas Stefano Bruni

**NIKOLAS STEFANO BRUNI**

**“AGRICULTURA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE AS HORTAS  
URBANAS COMUNITÁRIAS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -SP.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Adriane Aparecida Moreira de Souza	
Prof. Dr. Mario Valerio Filho	
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Sandra Maria Fonseca da Costa	
Prof. Dr. Rodolfo Moreda Mendes	
Prof. Dr. Ademir Fernando Morelli - UNITAU	

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 06 de março de 2024.

*Dedico esta dissertação a minha filha Lukara!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os professores que participam do Programa de Planejamento Urbano e Regional, em especial a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriane Aparecida Moreira de Souza que me acompanha me orientando desde a graduação do curso de Geografia concluído na UNIVAP no ano de 2021 e por acreditar na possibilidade da minha conquista do título de mestre.

A minha ex-companheira Ana Carolina Konecsni que me incentivou em um primeiro momento a seguir com o caminho acadêmico após a minha primeira graduação.

A minha mãe Kátia Cristina Silva Campos Bruni que me ajudou financeiramente na locomoção para finalizar este projeto.

À Universidade do Vale do Paraíba pela oportunidade de poder desenvolver a atual dissertação de Mestrado por meio do financiamento do primeiro ano e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ao conceder uma bolsa de estudo para os últimos 12 meses do curso.

Ao professor Mário Valério Filho pela sua orientação e instrução sobre mapas e locais que me auxiliaram a finalizar este projeto.

## RESUMO

Na conjuntura do Brasil atual, que vem constantemente sofrendo crises cada vez mais frequentes das ações dos agentes do capital sobre a população, observam-se ações no desenvolvimento do modelo de agricultura urbana. Em São José dos Campos, município localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) no estado de São Paulo, a agricultura urbana vem se expressando por meio da criação de hortas urbanas comunitárias. Em geral esses espaços são criados a partir de forças políticas oriundas de grupos de moradores que se organizam para reivindicar terrenos que não cumprem uma função social em busca do uso reconhecido formalmente pela prefeitura. Neste sentido, este trabalho se dedica a discutir sobre a implantação de hortas em São José dos Campos – SP, a fim de analisar as tratativas entre as organizações comunitárias e o poder público local. Para tanto, essa pesquisa foi elaborada a partir de uma análise crítica acerca do processo de criação das hortas comunitárias urbanas em São José dos Campos, utilizando-se de uma base teórica sobre urbanização, ambientalismo, produção de alimentos nas cidades e políticas públicas, bem como de dados socioeconômicos provenientes de diversas instituições, legislação municipal e dos níveis Federal e Estadual. Destaque deve ser dado às informações contidas no Plano Diretor de 2018 de São José dos Campos, e ainda de informações sobre o atual processo de urbanização da cidade, relacionadas diretamente com o planejamento da agricultura urbana no município.

**Palavras-chave:** agricultura urbana; hortas urbanas comunitárias; comunidades locais; São José dos Campos, SP.

## ABSTRACT

In Brazil's current situation, which has been constantly suffering increasingly frequent crises from the actions of capital agents on the population, actions can be observed in the development of urban agriculture. In São José dos Campos, a municipality located in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and North Coast (MRVPNC) in the state of São Paulo, urban agriculture has been expressed through the creation of urban community gardens. In general, these spaces are created by political forces arising from neighborhood groups who organize themselves to claim land that does not fulfill a social function in search of a use formally recognized by the city hall. In this sense, this work is dedicated to discussing the implementation of vegetable gardens in São José dos Campos – SP, in order to analyze the negotiations between community organizations and the local public authorities. To this end, this research was developed from a critical analysis of the process of creating urban community gardens in São José dos Campos, using a theoretical basis on urbanization, environmentalism, food production in cities and public policies, as well as socioeconomic data from different institutions, municipal legislation and Federal and State levels. The emphasis should be given to the information contained in the 2018 Master Plan of São José dos Campos, as well as information on the city's current urbanization process, directly related to urban agricultural planning in the municipality.

**Keywords:** urban agriculture; urban community vegetable gardens; local communities; São José dos Campos, SP.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Fluxograma de atividades.....	20
<b>FIGURA 2</b> - São José dos Campos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN).....	23
<b>FIGURA 3</b> - Regionalização de São José dos Campos.....	24
<b>FIGURA 4</b> - Mapa de localização das hortas do município de São José dos Campos.....	25
<b>FIGURA 5</b> - Zoneamento sanatorial do centro de São José dos Campos.....	49
<b>FIGURA 6</b> - Zoneamento sanatorial e industrial de São José dos Campos.....	50
<b>FIGURA 7</b> - Saturação Viária de São José dos Campos.....	52
<b>FIGURA 8</b> - Mapa de Zoneamento do município de São José dos Campos - 2020.....	56
<b>FIGURA 9</b> - Hidrografia Urbana de São José dos Campos.....	58
<b>FIGURA 10</b> - Parques Urbanos.....	59
<b>FIGURA 11</b> - Ocupação do uso do solo urbano.....	60
<b>FIGURA 12</b> - Vazios Urbanos.....	61
<b>FIGURA 13</b> - Mapa comunitário da Agricultura Urbana do município de São José dos Campos no dia 23 de Junho de 2023.....	62
<b>FIGURA 14</b> - Mapa de localização das hortas do município de São José dos Campos.....	64
<b>FIGURA 15</b> - Loteamento do bairro com o ponto vermelho demarcando a área atual da horta.....	65
<b>FIGURA 16</b> - Entulho e restos de fogueira no entorno da Horta Urbana Comunitária - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas (Zona Norte).....	66
<b>FIGURA 17</b> - Entulho e restos de fogueira no entorno da Horta Urbana Comunitária - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas (Zona Norte).....	66
<b>FIGURA 18</b> - Ligação informal de água por um morador.....	67
<b>FIGURA 19</b> - Cerca da Horta Comunitária - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas.....	67
<b>FIGURA 20</b> - Citronela - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas.....	68
<b>FIGURA 21</b> - Área reflorestada no Parque Alambari.....	69
<b>FIGURA 22</b> - Horta da Florestinha - cultivo de pimentas.....	70
<b>FIGURA 23</b> - Trabalho social feito pelos participantes do Ecomuseu dos Campos de São José.....	71
<b>FIGURA 24</b> - Placa na Rua José Gonçalves de Oliveira.....	72
<b>FIGURA 25</b> - Poluição do Rio Alambari.....	72
<b>FIGURA 26</b> - Córrego entre a Horta Antônio Aleixo e a Avenida Mário Covas.....	73
<b>FIGURA 27</b> - Loteamento da Comunidade Antônio Aleixo e a Área Pública de 500,92m <sup>2</sup> .....	74
<b>FIGURA 28</b> - Cercamento da Horta Antônio Aleixo.....	75
<b>FIGURA 29</b> - Vista interna da Horta Antônio Aleixo.....	75

<b>FIGURA 30</b> - Espécies cultivadas na horta urbana comunitária Antônio Aleixo.....	77
<b>FIGURA 31</b> - Espécies cultivadas na horta urbana comunitária Florestinha.....	77
<b>FIGURA 32</b> - Espécies cultivadas na horta urbana comunitária Conjunto Residencial Caminho das Montanhas.....	78
<b>FIGURA 33</b> - Placas com informações sobre as espécies cultivadas – Horta Caminho das Montanhas.....	78
<b>FIGURA 34</b> - Estufa da Horta Antônio Aleixo.....	79
<b>FIGURA 35</b> - Imagem do Facebook do Ecomuseu dos Campos de São José.....	81
<b>FIGURA 36</b> - Instagram da ONG Amesatélite.....	81
<b>FIGURA 37</b> - Rua Koichi Matsumura no bairro Jardim América (Zona Sul).....	82

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1 - Índice de Vulnerabilidade Social de bairros selecionados no município de São José dos Campos.....</b>	<b>53</b>
---	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> - Áreas das hortas estudadas em São José dos Campos.....	25
<b>TABELA 2</b> - Dados demográficos do município de São José dos Campos - população total, urbana e rural – 1940-2020.....	53

## LISTA DE SIGLAS

<b>APP</b> .....	Área de Proteção Permanente
<b>AU</b> .....	Agricultura Urbana
<b>CONAMA</b> .....	Conselho Nacional do Meio Ambiente
<b>CTA</b> .....	Centro Técnico Aeroespacial
<b>DCTA</b> .....	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
<b>EDP</b> .....	Energias de Portugal
<b>EMBRAER</b> .....	Empresa Brasileira de Aeronáutica
<b>EMBRAPA</b> .....	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAO</b> .....	Food and Agriculture Organization
<b>IBAMA</b> .....	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b> .....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INPE</b> .....	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>IVS</b> .....	Índice de Vulnerabilidade Social
<b>ONG</b> .....	Organização Não Governamental
<b>ONU</b> .....	Organização das Nações Unidas
<b>PEAPO</b> .....	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.
<b>PIB</b> .....	Produto Interno Bruto
<b>PMSJC</b> .....	Prefeitura Municipal de São José dos Campos
<b>RMVPLN</b> .....	Região Metropolitana do Vale Paraíba e Litoral Norte
<b>SEMA</b> .....	Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura
<b>UBS</b> .....	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	PROBLEMA.....	14
1.2	HIPÓTESE.....	14
1.3	OBJETIVO GERAL.....	15
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.5	JUSTIFICATIVA.....	16
1.6	ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO.....	17
<b>2</b>	<b>MATERIAL E MÉTODO</b> .....	19
2.1	MATERIAL.....	19
2.2	ESTRATÉGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	20
2.3	DEFINIÇÃO DO TEMA.....	21
2.4	LEVANTAMENTO BILIOGRÁFICO.....	21
2.5	SELEÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	22
2.6	TRABALHO DE CAMPO.....	26
2.7	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	26
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</b> .....	27
3.1	A MILITÂNCIA AMBIENTALISTA A PARTIR DA DÉCADA DE 1950.....	28
3.2	A AGRICULTURA URBANA COMO UM FENÔMENO GLOBAL.....	33
3.3	A AGRICULTURA URBANA NO BRASIL.....	35
<b>3.3.1</b>	<b>A Agricultura urbana, o Poder Público e os demais agentes</b> .....	38
3.4	VAZIOS URBANOS E HORTAS COMUNITÁRIAS.....	42
<b>4</b>	<b>O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b> .....	47
4.1	FASES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO.....	47
<b>4.1.1</b>	<b>Fase Sanatorial</b> .....	48
<b>4.1.2</b>	<b>Fase Industrial Primária</b> .....	49
<b>4.1.3</b>	<b>Fase Industrial Posterior</b> .....	51
4.2	URBANIZAÇÃO E ZONEAMENTO MUNICIPAL.....	52
<b>5</b>	<b>A AGRICULTURA URBANA E AS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b> .....	62
5.1	AS HORTAS URBANAS MUNICIPAIS.....	62
<b>5.1.1</b>	<b>Horta Urbana Comunitária Conjunto Residencial Caminho das Montanhas</b> .....	64

<b>5.1.2</b>	<b>Horta Comunitária – Florestinha (Zona Leste)</b> .....	68
<b>5.1.3</b>	<b>Horta Comunitária – Antônio Aleixo (Zona Sul)</b> .....	73
<b>5.2</b>	<b>PRODUÇÃO E COLHEITA NAS TRÊS HORTAS ANALISADAS</b> .....	76
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	81
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84
	<b>ANEXO A: Espécies cultivadas nas hortas estudadas</b> .....	92

## 1 INTRODUÇÃO

O atual período que descreve a Agricultura Urbana (AU) remete a uma proposta de preservação ambiental surgida entre as décadas de 1980 e 1990, representando uma tentativa de conciliação do modelo do capital neoliberal com o surgimento da globalização em um projeto de redução de emissões de gases poluentes e desmatamento em larga escala. Segundo Santos (2020, p. 18),

“Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também regra de convivência entre as pessoas”.

Destacam-se as posições das nações do Norte Global como fundamentais para a reprodução deste modelo econômico, ao qual Estados passam a ser geridos como empresas, eliminando o bem-estar social e limitando-se a exclusividade da obtenção do lucro. De acordo com Santos (2020, p. 9):

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogenizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso o consumo é estimulado.

No Brasil, o processo de modernização do campo ocasionou o aumento em extensão e a eficiência produtiva das áreas agrícolas, sendo a soja, um dos principais exemplos da participação na economia nacional do segmento agroexportador. Por outro lado, exemplos de mudança social mostraram significativa perda de qualidade de vida dos camponeses. A estratificação, o uso massivo de produtos químicos no solo e o desmatamento impactaram negativamente no nível de produção da pequena propriedade rural, sendo, os pequenos produtores vitimados pela modernização do setor (Martine, 1990, p. 10-11).

O surgimento dos modelos das Hortas Urbanas atuais reflete a junção de processos sociais e políticos que acompanham a década de 1980. Estudos de 2012 da Food and Agriculture Organization (FAO) apontam para a possibilidade da horticultura urbana e periurbana minimizar a carência alimentar em países em desenvolvimento. É notável o desenvolvimento de parcerias entre a FAO e governos locais de países do Sul Global, presente nos continentes da África, Ásia e na América Latina, com a perspectiva de sanar a fome utilizando-se para isso áreas centrais das principais cidades como áreas agricultáveis, de modo a diminuir a

insegurança alimentar<sup>1</sup>. A cidade de Kigali em Ruanda é um exemplo. Segundo a FAO (2012) “As famílias urbanas pobres gastam até 80% de sua renda em alimentos, o que as torna muito vulneráveis quando os preços dos alimentos sobem ou sua renda diminui”.

Neste contexto destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU definidos em Assembleia Geral realizada em 2015. Ao todo compoem a Agenda 2030 dezessete objetivos e 169 metas globais. Dos dezessete objetivos, dois dialogam com a temática desta pesquisa, a saber: Fome Zero e Agricultura Sustentável (2) e Cidades e Comunidades Sustentáveis (11).

O município de São José dos Campos, localizado entre as Serras da Mantiqueira e do Mar no estado de São Paulo, compõe a Bacia do Rio Paraíba do Sul. Pertencente a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), instituída em 2012, o município diferentemente, de diversos outros pertencentes à mesma região, não possui uma história econômica baseada majoritariamente em atividades agropecuárias.

O município se destaca por apresentar o maior PIB da RMVPLN. Em 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): O PIB da cidade foi de R\$ 34,1 bilhões de reais, sendo que 52,4% do valor adicionado originários dos serviços; seguido 39,4% do setor industrial; 8,07% proveniente da administração pública e da agropecuária (0,06%). Dados do IBGE mostram que em 2020, São José dos Campos ocupava a 20ª posição no grupo de municípios de maior PIB do país e a 8ª no estado de São Paulo, sendo o valor total de R\$ 39.148.012. Com uma população de 697.428 habitantes (IBGE, 2023), o município apresenta o PIB per capita de 53.646,74, valor que o coloca na 89ª posição no estado de São Paulo. Com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 3,4 salários mínimos (IBGE, 2023), o município ocupa a 67ª posição no país; a 18ª no estado de São Paulo e a 1ª entre os municípios da sub região 1 (Jacareí, Monteiro Lobato, Igaratá, Santa Branca, Jambeiro, Paraibuna e Caçapava) da RMVPLN.

Na cidade de São José dos Campos, verifica-se a existência de espaços utilizados para o cultivo de alimentos em locais centrais, de grande densidade urbana, a exemplo da área oficialmente denominada Comunidade Antônio Aleixo, localizada no Bairro Jardim Satélite.

Neste sentido, a presente dissertação tem como **Objetivo Geral** discutir sobre o processo de implantação de hortas em São José dos Campos – SP, a fim de analisar as tratativas entre as

---

<sup>1</sup> A insegurança alimentar é um fenômeno que ocorre quando um indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as suas necessidades, conforme a definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Brasil (2023).

organizações comunitárias e o poder público local.

## 1.1 PROBLEMA

Diversos estudos mostram os benefícios que acompanham o desenvolvimento das hortas comunitárias urbanas. Além de possibilidade da produção de alimentos saudáveis, o processo de criação, manejo e colheita do produzido em uma horta comunitária urbana exige a participação conjunta de membros de uma dada comunidade, bem como apoio governamental, no sentido da criação de Programas e destinação de áreas para a implantação desses espaços. Em documento publicado em 2002 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Machado, 2002, p. 5) intitulado “Agricultura Urbana” consta:

Essa modalidade de atividade agrícola promove mudanças benéficas na estrutura social, econômica e ambiental do local onde ela se instala. Entretanto, sua concretização depende fundamentalmente de decisões políticas e da participação dos governantes. Apoio oficial ao estabelecimento da agricultura urbana, por parte de organizações governamentais ou não-governamentais e por parte de agências internacionais, tem surgido em várias partes do mundo. Estas últimas têm disponibilizado montantes consideráveis de recursos financeiros para projetos nessa linha de pesquisa.

Neste sentido, esta pesquisa tem como **Problema** a seguinte questão: Onde estão localizadas e quais são os agentes que promovem a criação e a manutenção das hortas urbanas comunitárias em São José dos Campos-SP?

## 1.2 HIPÓTESE

Como observado, dados do IBGE-Cidades (2023) mostram que São José dos Campos, está entre os municípios de maior Produto Interno Bruto (PIB) do país (20<sup>a</sup>) e por consequência do estado de SP (8<sup>a</sup>), bem como, encontra-se na 89<sup>a</sup> posição no que se refere ao PIB per capita do estado de São Paulo. Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, mostram que em 2010 dos 5.565 ° municípios brasileiros, São José dos Campos encontrava-se na 24<sup>a</sup> posição com o IDHM de 0,807, classificado como Muito Alto. Ainda que seja alto o período de tempo, 14 anos, esses valores, em especial, o respectivo ao IDH, indicam que as hortas urbanas

comunitárias em São José dos Campos, surgem como forma de produzir alimentos no sentido de complementar a alimentação diária das comunidades e não suprir uma necessidade pela fome.

Neste sentido, tem-se a **hipótese** de que as hortas criadas e em funcionamento em São José dos Campos mostram que, em geral, esses espaços são criados a partir de iniciativas de moradores que se organizam no sentido de reivindicarem espaços públicos sem função social para o uso produtivo de alimentos. Em alguns casos, ocorre a participação de organizações não governamentais que colaboram no sentido de buscar em contato com o poder público local, a legalização do uso desses espaços para tal finalidade.

### 1.3 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação de hortas em São José dos Campos – SP, a fim de entender as tratativas entre as organizações comunitárias e o poder público local.

### 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como vistas à compreensão do processo de implantação de hortas urbanas em São José dos Campos, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender a relação entre as hortas comunitárias urbanas e a busca pela sustentabilidade socioambiental.
- b) Identificar as hortas urbanas existentes na cidade e compreender suas origens
- c) Compreender o funcionamento no que se refere ao desenvolvimento de atividades de manutenção, consumo da produção e práticas coletivas das hortas urbanas comunitárias localizadas no: (Parque Alambari – Campos de São José - Zona Leste); (Conjunto Residencial Caminho das Montanhas - Zona Norte); (Horta Antônio Aleixo da Silva – Jardim Satélite – Zona Sul).

## 1.5 JUSTIFICATIVA

A discussão sobre hortas urbanas compreende o desenvolvimento sociocultural e econômico que permeia o sistema da Agricultura Urbana (AU). Ao analisar modelos de outras realidades sociais como do continente europeu e norte-americano observamos uma adaptação para a realidade brasileira de fatores que permeiam a questão, como por exemplo o da consciência ambiental, dos espaços destinados a esse tipo de atividade; formas de organização, tipos de agentes envolvidos (Tagushi; Santini, 2019). Do mesmo modo, há divergências, dos fatores que promovem esses espaços, sendo que no Brasil, na maioria das vezes esses espaços são criados por uma questão de minimizar problemas relacionados à fome (Alcântara; Branco, 2001).

No Brasil, não houve um processo de reforma agrária como ocorrera em países dos continentes citados, dificultando a acessibilidade da população a terras produtivas e mantendo o sistema latifundiário remanescente desde o período colonial. Somado a essa questão, verifica-se que no século XX, o país, mais especificamente, a região sudeste, vivenciou um rápido e intenso processo de urbanização, provocado em especial pelo processo de industrialização na referida região. Foi também no século XX que houve um avanço significativo na área de biotecnologia, em especial, na produção de culturas geneticamente modificadas, como foi o caso da soja. Não se pode deixar de lado, as duas fases de crise econômica enfrentadas pelo país ainda no século XX, sendo a primeira provocada pela crise do petróleo na década de 1970, momento do chamado “milagre econômico” e no final da década de 1980, com a crise econômica, cuja inflação alcançou índices inéditos na história do País, impactando diretamente no acesso a alimentos da classe trabalhadora.

Neste contexto, o desenvolvimento desta pesquisa se justifica pela necessidade de se compreender como um país de proporção continental como o Brasil, tendo a maior área agricultável do mundo ainda dificulta o acesso a alimentos saudáveis para grande parte da sua população, sendo assim, a produção em áreas urbanas, mais do que um movimento social, mas sim, uma necessidade.

## 1.6 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco seções. A **PRIMEIRA SEÇÃO** apresenta a Metodologia adotada e o material utilizado para a elaboração desta pesquisa. Destacaram-se como importante fontes de informação e de obtenção de dados a página eletrônica da Prefeitura Municipal de São José dos Campos e o livro do Ecomuseu dos Campos de São José disponível na página eletrônica da organização não-governamental de mesmo nome.

Ressalta-se que a metodologia deste trabalho busca compreender o processo de implantação e de reconhecimento das hortas urbanas comunitárias do município por parte do poder público local mediante a análise de legislação urbana pertinente de três hortas do município, uma na Zona Norte, localizado no Conjunto Residencial Caminho das Montanhas, uma na Zona Leste localizada no Parque Alambari dos Campos de São José e a última na Zona Sul, no Jardim Satélite na Comunidade Antônio Aleixo. Destaca-se durante o processo de elaboração desta dissertação, diversos autores contribuíram para a fundamentação teórica acerca de questões relacionadas à urbanização, agricultura urbana, sustentabilidade socioambiental e Revolução Verde, as quais embasam a referida análise.

Na **SEGUNDA SEÇÃO** intitulada “Considerações Teóricas” são apresentados os referenciais teóricos sobre o modelo de Agricultura Urbana (AU) encontrado nas hortas urbanas brasileiras. Inicia-se com uma discussão sobre o processo de Modernização Conservadora na década de 1930 e da Revolução Verde na década de 1950 eventos que afetaram a estrutura fundiária brasileira, seguindo para uma discussão sobre o modelo de militância ambientalista que surge após a ascensão do processo de globalização na década de 1990 e a reconfiguração do capital estrangeiro no país.

A **TERCEIRA SEÇÃO** intitulada “O município de São José dos Campos: características demográficas e socioeconômicas” apresenta uma contextualização dos aspectos demográficos e econômicos do município de São José dos Campos a partir da fase sanatorial, a fim de compreender as mudanças do processo de uso e ocupação do solo na área urbana do município.

Na **QUARTA SEÇÃO** intitulada “Agricultura urbana e as hortas urbanas comunitárias em São José dos Campos” é observada e descrita a realidade social e urbana de três espaços utilizados para o desenvolvimento de hortas urbanas localizados em diferentes regiões da cidade. Cada horta apresenta um avanço social diferente, no que se refere à gestão praticada por

moradores ou por uma organização não governamental e à divulgação do funcionamento e da produção nas redes sociais e ao trabalho socioambiental praticado. Nesta seção é realizada uma análise do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos bairros onde tais hortas estão localizadas, a fim de comparar os indicadores da média geral do município. Nesta quarta seção, também, é realizada uma análise da produção e do destino dos alimentos cultivados nas três hortas. E por fim, na **QUINTA SEÇÃO** são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

## PRIMEIRA SEÇÃO

### 2 MATERIAL E MÉTODO

Esta seção apresenta o material e os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração desta pesquisa.

#### 2.1 MATERIAL

Para a elaboração de uma análise crítica acerca do processo de criação das hortas comunitárias urbanas em São José dos Campos, foi utilizada uma base teórica ampla e diversa oferecida por estudiosos como Milton Santos (1993, 2020); Vandana Shiva (1993) e Zygmunt Bauman (2008). A elaboração deste tópico ainda contou com a consulta a artigos, dissertações e teses elaborados por diversos autores, entre os quais, merecem destaque a dissertação defendida em 2009 intitulada “Políticas de zoneamento e seus reflexos no urbano: Um estudo do bairro de Santana, São José dos Campos, entre (1920 e 1950)” cuja autoria é de Waldecy Serafim Ramos; a dissertação defendida em 2014 por Samuel Henrique Dantas Marinelo, intitulada “Agricultura urbana em São José dos Campos: apropriação do espaço urbano, modos de vida e conflitos” e os artigos elaborados por Lemos, Andrade e Medeiros (2015); de autoria de Oliveira (2008, 2009) e Tavolaro (1999).

Com o objetivo de analisar o processo de uso e ocupação do solo urbano em São José dos Campos no período que se estendeu da década de 1930 aos primeiros anos da década atual, foram utilizados mapas elaborados e disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos em sua página eletrônica; mapas encontrados em teses e dissertações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Neste item merece destaque o esquema das hortas urbanas de São José dos Campos obtido em evento realizado em 23/06/2023 no Parque Burle Marx, que reuniu organizações não governamentais, o poder público local e agentes interessados na discussão sobre o funcionamento das hortas urbanas na cidade e dos possíveis espaços públicos que podem ser adotados para a mesma finalidade. Ressalta-se ainda a importância para essa pesquisa das informações dispostas no livro de Maria Siqueira Santos intitulado “Ecomuseu dos Campos de São José: Entre memórias e perspectivas” publicado em 2020 e disponível na página eletrônica da organização não-governamental de mesmo nome.

Dados sobre a evolução demográfica da cidade e sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foram obtidos nas páginas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Cabe aqui esclarecer sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) criado a partir do sociólogo francês Robert Castel (1933-2013) e idealizado pela Rede IPEA utilizando-se de dados do IBGE dos anos de 2000 e 2010. O IVS é composto por três dimensões, a saber: infraestrutura urbana; capital humano e renda e trabalho. De acordo com a faixa apresentada a vulnerabilidade pode ser Muito Baixa (0,0 a 0,200); Baixa (0,201 a 0,300); Média (0,301 a 0,400); Alta (0,401 a 0,500) e Muito Alta (0,501 a 1).

## 2.2 ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho é mostrada no fluxograma de atividades na **Figura 1**.

*Figura 1 - Fluxograma de Atividades*



Fonte: Elaboração do Autor (2023).

### 2.3 DEFINIÇÃO DO TEMA

O estudo sobre as hortas urbanas no município de São José dos Campos, foi iniciado ainda na graduação do Curso de Geografia da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Na ocasião, mais especificamente, em 2020 foi elaborado e apresentado o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Crescimento, Manutenção e Criação das Hortas Urbanas em São José dos Campos” que obteve informações agregando no debate sobre reeducação ambiental entre moradores e a Prefeitura. Além de compreender a historicidade dos eventos que ocasionaram a construção e manutenção das hortas do município, destacando as hortas geridas pelo Ecomuseu de Campos de São José e a Horta JBM do Bosque dos Eucaliptos (descontinuada em junho de 2023).

Compreender as formas de funcionamento, e os motivos que levam à criação e o desenvolvimento das práticas da agricultura urbana no País, é uma questão que intriga e vem promovendo várias pesquisas acadêmicas. Neste contexto, se deu a escolha do tema para essa dissertação. O Brasil que possui uma das maiores produções agrícolas do mundo não fornece alimento para toda a sua população que demanda ações atenuantes por parte dos vitimados desse processo em áreas de alta concentração populacional, principalmente pelo âmbito econômico, daí observa-se o crescimento de espaços destinados a agricultura urbana em diversos centros do país.

De forma paralela, a influência de aspectos políticos relacionados à preservação ambiental amplia-se ideologicamente com as questões sociais, unindo o que foram dois projetos distintos em uma única pauta econômica, uma vez que a agricultura urbana no modelo da horta comunitária urbana, ao mesmo tempo que pode contribuir para a preservação ambiental, pode ser fonte geradora de renda ou mesmo uma forma complementar de alimentação para as populações mais carentes.

### 2.4 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Essa etapa foi iniciada no contexto da realização das disciplinas oferecidas pelo Programa e se prolongou até a etapa que antecedeu a análise dos resultados finais.

A Fundamentação Teórica baseia-se em obras elaboradas por importantes autores, tais como pelo geógrafo Milton Santos, pela filósofa Vandana Shiva e pelos sociólogos Zygmunt

Bauman e Boaventura de Sousa Santos.

Dissertações, teses e artigos que tiveram como foco a discussão sobre temas como agricultura urbana, preservação ambiental como projeto político no Brasil, educação ambiental, também foram de grande importância para o desenvolvimento dessa pesquisa. Neste sentido, merecem ser destacados os trabalhos de Tavolaro (1999), Oliveira (2008; 2009), Novicki e Souza (2010), Jacobi (2005), Jatoba, Cidade e Vargas (2009) e Lemos, Andrade e Medeiros (2015), os quais pontuam as ações necessárias para alavancar as pautas ambientais no cenário político brasileiro.

A revisão estendeu-se por períodos da agricultura mundial e brasileira, permeando os processos da Modernização Conservadora, da Revolução Verde e do êxodo rural, passando para a década de 1980, com o processo neoliberal econômico e ideológico pautado no individualismo extremo e na retirada de direitos dos trabalhadores. O modo de produção industrial aplicado no campo afetou a logística de distribuição de alimentos, especialmente nas áreas urbanas em países do sul global. Os movimentos ambientalistas iniciados na década de 1950 ganharam força nas décadas posteriores, integrando a eles os movimentos sociais, como foi o caso do Brasil, em razão da busca por políticas que promovessem a reforma agrária. Na década de 1980, o ambientalismo passou a ser uma questão discutida nas escolas de educação básica.

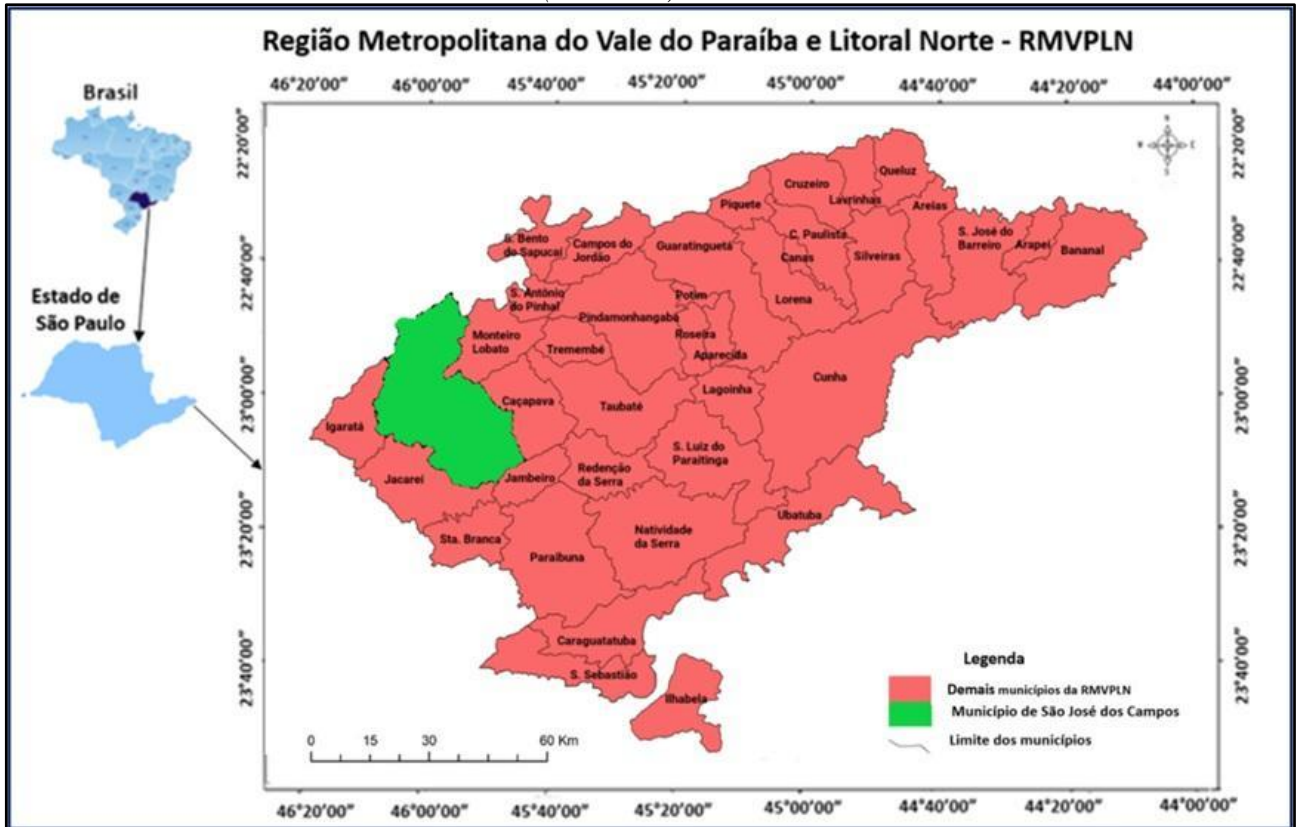
## 2.5 SELEÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de São José dos Campos possui uma área de 1.099,6 km<sup>2</sup>, sendo 128,94 km<sup>2</sup> de área urbana (IBGE, 2023) e 970,47 km<sup>2</sup> distribuídos em áreas rurais e de proteção ambiental. Desde 2012, o município integra a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), (**Figura 2**). Na Região, São José dos Campos se destaca por apresentar a maior concentração populacional e o maior PIB. Utilizando esta lógica, o município de São José dos Campos vem apresentando dados crescentes relacionados aos índices socioeconômicos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta o crescimento populacional, econômico e ambiental comparado a outros municípios da sua região geográfica imediata. O levantamento de tais dados somado ao planejamento e gestão urbana auxiliam a compreender a classificação de “A primeira cidade inteligente do Brasil” (São José dos Campos, 2022), conquistada por São José dos Campos em 2022.

No século XVI como Aldeia São José do Parahyba, seu desenvolvimento econômico e

urbano teve início na década de 1920, com a Fase Sanatorial, quando em razão das condições climáticas e da existência de serviços hospitalares, pessoas de diversas partes do país migraram para a cidade em busca de tratamento da tuberculose.

*Figura 2 - São José dos Campos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)*



Fonte: Elaboração do Autor (2023).

Na década de 1940, tem início a Fase Industrial. A localização da cidade, entre as duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo motivou a instalação dos primeiros estabelecimentos produtores da cidade, atraindo um grande fluxo de trabalhadores advindos de outras cidades da Região do Vale do Paraíba, bem como do sul do estado de Minas Gerais. (Ramos, 2009, p. 47)

A inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951 e de algumas das instalações do Centro Técnico Aeronáutico (CTA), inaugurado em 1953, desde 2009, denominado Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), permitiu que a instalação de indústrias multinacionais, o fluxo de tecnologias militares e estratégicas e a criação de Instituições de Ensino contribuíssem para a formação de um dos principais centro de produção tecnológica do país (Oliveira, 2021, p. 18).

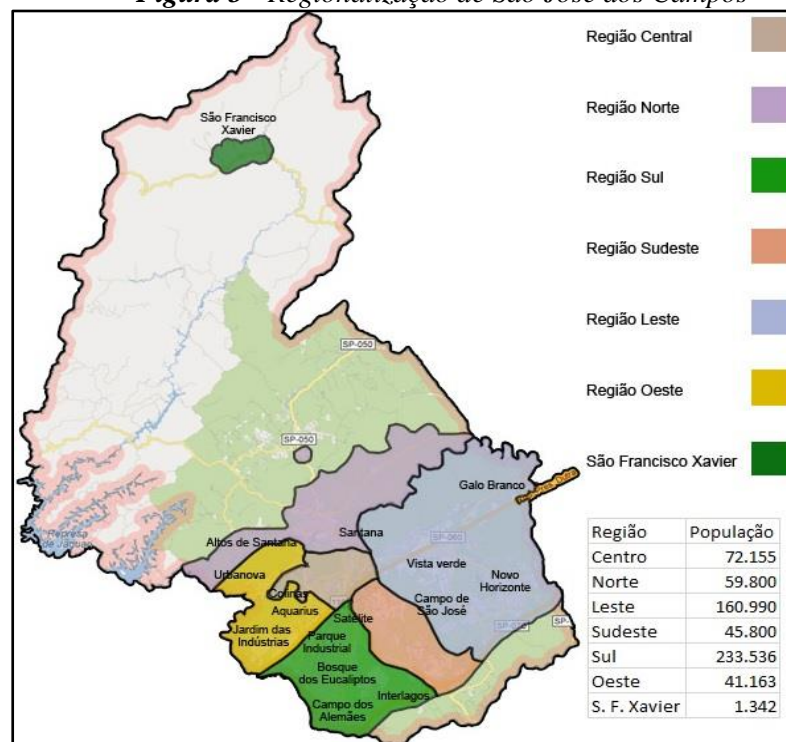
A urbanização crescente exigiu a construção de vias expressas de ligação intra urbanas

como a Via Norte<sup>2</sup> que liga as Regiões Central e Norte da cidade; Via Oeste inaugurada em 2018, permitindo a ligação entre as Regiões Oeste e Central; Via Cambuí, inaugurada em 2020 que liga as Regiões Leste e Sudeste; a Linha Verde (2022), cujo trecho inaugurado permite a ligação entre as Regiões Sul e Central da cidade mais especificamente à Rodoviária Intermunicipal Frederico Ozanam.

Dada a expansão das atividades relacionadas à agricultura urbana, São José dos Campos conta com espaços em área urbana voltados à produção de alimentos, tais como hortas comunitárias em espaços públicos, hortas em unidades escolares, hortas em unidades básica de saúde, bem como, o que se denomina de quintal urbano.

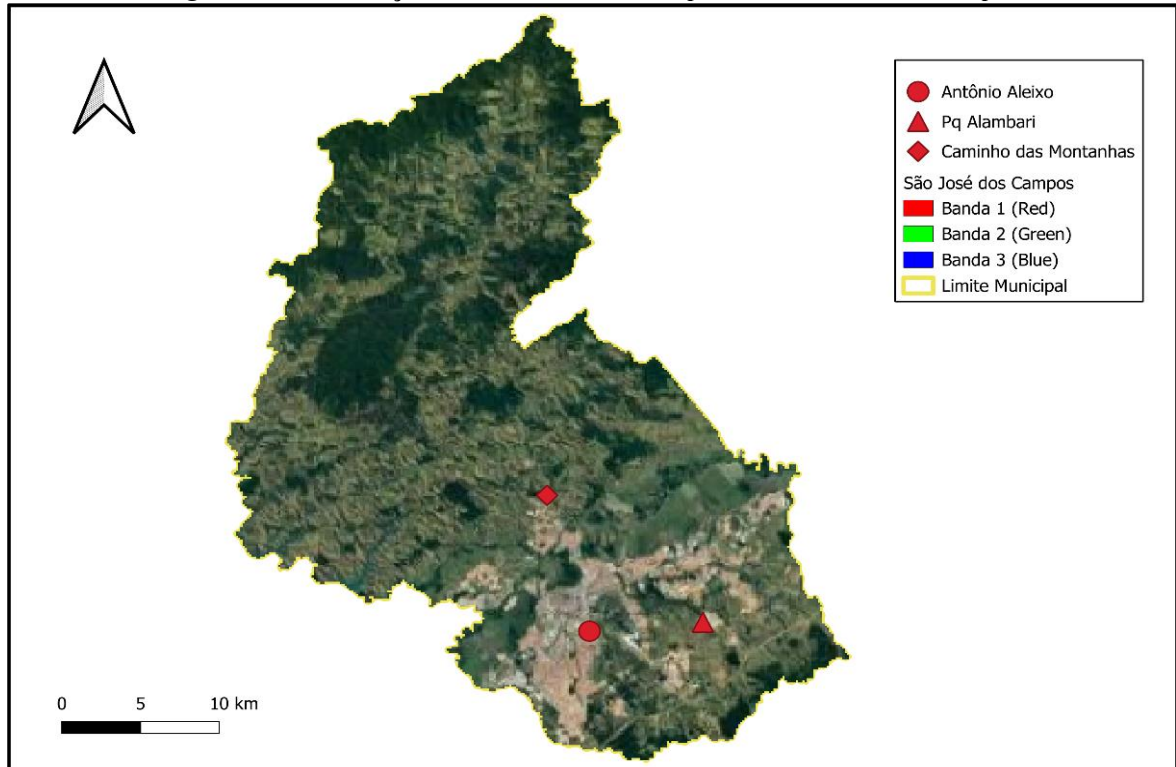
O presente trabalho se dedica a estudar três hortas comunitárias urbanas localizadas em três regiões distintas da cidade, a saber: Norte, Sul e Leste (**Figura 3 e 4 e Tabela 1**).

*Figura 3 - Regionalização de São José dos Campos*



Fonte: SJC (2012), adaptado pelo Autor (2023).

<sup>2</sup> Sobre o processo de construção da Via Norte e seus impactos sociais ver a Dissertação de Mestrado de Charles Lima defendida em 2011 no PPGPLUR – UNIVAP, intitulada “Memória e Planejamento Urbano - Vila Miguel Eras em São José dos Campos/SP: elementos do passado no presente”.

**Figura 4 - Localização das hortas do município de São José dos Campos**

Fonte: Elaboração do Autor (2023).

**Tabela 1 - Extensão das Hortas Urbanas Comunitárias estudadas em São José dos Campos**

Nome	Área
Parque Alambari + (Florestinha) – (Bairro Campos São José - Zona Leste)	1,15 km <sup>2</sup> + 0,9 km <sup>2</sup>
Conjunto Residencial Caminho das Montanhas – (Bairro homônimo - Zona Norte)	50 m <sup>2</sup>
Comunidade Antônio Aleixo – (Jardim Satélite - Zona Sul)	501 m <sup>2</sup>

Fonte: SJC (2022), Elaboração do Autor (2023).

Ressalta-se que a definição da área de estudo de São José dos Campos, pautou-se ainda na pequena produção de estudos acadêmicos sobre a temática das hortas urbanas na cidade. A busca por estudos na Plataforma do Google Acadêmico mostra a existência de apenas uma dissertação que tem como objeto de estudo a agricultura urbana em São José dos Campos. Trata-se da dissertação de Samuel Henrique Damas Marinelo, defendida em 2014, no PGPUR - UNIVAP.

Em sua dissertação intitulada “Agricultura urbana em São José dos Campos: apropriação do espaço urbano, modos de vida e conflitos” Marinelo (2014) diz que em São José dos Campos a agricultura urbana se expressa por meio do cultivo de alimentos pelos cidadãos nos quintais de suas residências; com a implantação de hortas urbanas comunitárias em locais públicos; e em áreas públicas compartilhadas por moradores, mas, cujo cultivo e destino da produção é de

responsabilidade de cada usuário. Em seu estudo, Marinelo (2014) considera o último tipo de agricultura urbana mencionada, localizada no bairro Altos de Santana, na Zona Norte do município, às margens do Rio Paraíba do Sul e o processo de expropriação da área pelo poder público local para a construção de um Poliesportivo.

Na busca por trabalhos sobre a agricultura urbana em São José dos Campos, foi encontrado o artigo intitulado “Hortas comunitárias nas unidades de saúde de São José dos Campos” elaborado por um grupo de funcionários da Prefeitura de São José dos Campos, publicado na Revista “Brazilian Journal of Health Review” de 03/2022. A discussão apresentada pauta-se na relação entre a obesidade e a importância da produção de alimentos mais saudáveis. Neste contexto, os autores apresentam o Projeto Hortas Comunitárias nas Unidades Básicas de Saúde, criado pela Prefeitura em 2016. Para Nasr et al. o Projeto teve como objetivo “estimular o cultivo orgânico de alimentos em pequenos espaços e resgatando o consumo de plantas alimentícias não convencionais (PANC), como ferramenta de promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional”.

## 2.6 TRABALHO DE CAMPO

Entre os meses de junho a julho de 2023 foram realizadas três visitas às três hortas comunitárias consideradas nesta pesquisa para obtenção de fotografias e verificação do tamanho das hortas, os tipos de cultivo, bem como, para verificar e registrar por meio da obtenção de imagens a realidade do entorno desses espaços.

## 2.7 ANÁLISE DE RESULTADOS

Ao analisar as hortas comunitárias do município espera-se que ao final deste trabalho, o autor possa trazer contribuições referentes à compreensão da ação coletiva dos participantes das hortas, das ações de Organizações não governamentais (ONGs) e das ações públicas que almejam agregar para a agricultura urbana (AU) do município, constituída por áreas com diferentes níveis de densidade demográfica e econômica. Por fim espera-se que com a obtenção dos resultados obtidos possam contribuir para a caracterização da construção de conhecimento socioambiental e nos questionamentos da função prática das hortas, se cumpre as expectativas sociais e materiais prévias a sua criação e construção.

## SEGUNDA SEÇÃO

### 3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Ao longo das últimas décadas a questão ambiental tornou-se o centro das discussões de teóricos. A começar dos fenômenos relativos ao processo de aquecimento global, os estudiosos se debruçam em pesquisas que vislumbram o desenvolvimento socioambiental sustentável. Há perspectivas de mudanças a partir da economia circular e verde que possam trabalhar de forma conjunta com o capital global. Países fazem investimentos massivos em áreas vitimadas pela crise climática buscando uma preservação do meio natural local, o que se contradiz com a própria lógica do sistema econômico vigente, que para se manter, utiliza-se exacerbadamente de recursos e matérias-primas destes mesmos ambientes.

No Brasil, estudos como o de Tavolaro (1999) e Oliveira (2008) mostram que na segunda metade do século XX, surgem grupos de ambientalistas, formados por acadêmicos, políticos e empresários. No mesmo período, a partir das escolas e de propagandas veiculadas nos meios de comunicação começa a ser divulgada a necessidade e a importância da preservação do meio ambiente. Para Tavolaro (1999, p. 3), a mobilização social só se tornou possível graças a duas mudanças no formato da gestão pública, sendo a primeira baseada no “tratamento sistêmico dos problemas sociais” e a segunda na “redefinição da relação *Estado - Sociedade civil*”, a qual possibilita segundo o autor (1999, p. 3) a ampliação da atuação política, uma vez que ocorre o “reconhecimento de que, no mundo contemporâneo, a legitimidade de inúmeras medidas governamentais depende do sentimento de que sua concepção, implementação e gerenciamento são fruto do envolvimento ativo da população”.

Em várias partes do mundo, a disseminação de ideias ambientalistas foi ampliada focando-se em ações locais que diminuíssem o consumo de produtos e de bens necessários como água e energia. Segundo Aguiar (2013, p. 1) que cita sobre a importância das discussões aquecimento global a partir de 1988 diz: “Apesar do aparente consenso entre cientistas sobre a existência do fenômeno de aumento da média de temperatura terrestre, ainda há fortes debates sobre a contribuição antropogênica e até mesmo sobre a comprovação de mudanças climáticas significativas nas últimas décadas”.

Na atualidade, o pensamento ambientalista vem obtendo cada mais espaços nos círculos políticos, dada a compreensão de um eventual desastre que irá alcançar todos as biosferas planetária e assim prejudicar a qualidade de vida de bilhões de pessoas no planeta, porém isso não caracteriza que grupos políticos cederão seus privilégios para garantirem a preservação de territórios superexplorados por motivo ecológicos. Mesmo havendo uma conscientização

ambiental, o capitalismo continua a explorar e desmatar a natureza, sem uma perspectiva de melhora a curto e longo prazo. Jatoba, Cidade e Vargas. (2009, p. 9) citam o caráter conciliatório da sustentabilidade dentro das políticas de desenvolvimento, gerando um ambientalismo moderado.

O desafio de concretização da retórica da sustentabilidade em ações efetivas faz com que o discurso da sustentabilidade adquira um tom mais conciliatório, buscando contornar resistências à sua aplicação nas políticas de desenvolvimento. Essa tendência abre espaço para o ambientalismo moderado.

A ideia de projetos coletivos que conciliam a vontade de um pensamento contra-hegemônico que auxilie a grande massa da população começa a se tornar cada vez mais real à medida que o neoliberalismo que prega, entre outros, o individualismo, passa a ser a ideologia dominante à partir da década de 1980. Soma-se a ausência do Estado em políticas públicas que anteriormente foram estritamente necessárias para a manutenção de um Estado participativo que garantisse as necessidades básicas, os direitos trabalhistas não apenas dos brasileiros, mas de toda a população do Sul Global.

Relacionadas à questão ambiental que surgem as hortas urbanas, questão central desta dissertação, a qual, aborda de uma forma direta os fatores mencionados, considerando uma linha do tempo expressiva dos eventos históricos e movimentos ambientalistas, com ênfase na Revolução Verde ocorrida na década de 1950, bem como, no contexto socioeconômico rural da modernização conservadora e, posteriormente, na ideologia neoliberal que configura o modelo de agricultura urbana que conhecemos atualmente.

### 3.1 A MILITÂNCIA AMBIENTALISTA A PARTIR DA DÉCADE DE 1950

Com a ascensão do pensamento pós-moderno após a Segunda Guerra Mundial e novos movimentos socioculturais que contribuíram para diminuir a dicotomia do liberalismo versus socialismo, o engajamento político crítico desassociado da luta de classes foi incentivado, apresentando pautas ambientais progressistas sem abdicar de interesses financeiros e culturais.

A questão ambiental no âmbito da globalização destacou-se pela implementação de políticas públicas em países com distintas ideologias políticas e outrora opositores geopolíticos, os quais passaram a apresentar pautas em comum acerca do meio ambiente. Neste sentido,

começam a ser realizadas conferências internacionais com vistas a tomada de medidas paliativas que pudessem diminuir eventuais danos relacionados ao clima e a natureza. Tavolaro (1999, p. 1) ressalta sobre a importância desses encontros para sociedade global e referindo-se aos resultados das conferências de Tbilisi em 1977 e a RIO-92 em 1992, diz.

No momento em que categorias como *globalização* e *mundialização* tornam-se cada vez mais significativas para a qualificação da dinâmica político-decisória de nossa própria vida cotidiana, em que a consciência de que nossas possibilidades de reprodução da vida material encontram-se inexoravelmente atreladas a limites ecossistêmicos (que, diga-se de passagem, estamos ainda por melhor compreender), a busca de sustentabilidade por meio de alternativas políticas que considerem a importância da participação local se transforma em uma meta com crescente legitimidade.

Com o passar das décadas, a perspectiva ambiental somou-se a duas bases complementares a saber: a questão ambiental foi inserida no contexto escolar, em razão da realização de movimentos pró-meio ambiente; implementação de ações governamentais que passaram a fundamentar pautas ambientais no Brasil. Oliveira (2008) retrata o processo elitizado do ambientalismo prematuro no Brasil. Segundo o autor (2008, p. 759),

A origem social elevada aparece, primeiramente, como uma das características principais do recrutamento e da seleção aos postos dirigentes nas organizações ambientalistas no início da década de 1970. A maioria dos dirigentes das primeiras associações são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juizes, de profissionais liberais, como advogados e engenheiros, e de oficiais militares com formação universitária. Trata-se de indivíduos, como bem definiu um desses dirigentes, que tiveram "toda a formação da boa sociedade", "boas escolas" e formação superior. Suas famílias "viviam no mesmo meio", sendo que muitos deles já se conheciam antes de aderirem à causa ambiental em função dessa convivência comum, por frequentarem os mesmos clubes e pelos laços de vizinhança ou de amizade há muito estabelecidos entre eles.

Posteriormente, houve uma ruptura ideológica de trabalhadores da base ambiental quando suas organizações passaram a envolver investimentos, diretrizes e políticas que influenciaram na separação em ambientalistas "puros", que priorizam o meio ambiente em detrimento das relações sociais e os ambientalistas que se preocupam com pautas socioeconômicas, especialmente em áreas que apresentam vulnerabilidade tanto social quanto ambiental, especialmente no Sul Global. Complementando Oliveira (2008, p. 769) que esclarece sobre o uso do academicismo e do tecnicismo no aparato governamental:

Isso porque esse tipo de engajamento passou a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, entre outras.

Em sua obra posterior, Oliveira (2009, p. 82-84) reforça a posição política de um projeto de ensino ambientalista formal, destacando a determinação de ordem superior do Estado que também fora adotada ideologicamente por movimentos sociais.

Nesse sentido, as definições que respaldam a atuação na defesa do meio ambiente remetem-nos para concepções militantistas da formação e do exercício profissional, no sentido de que esta é constituída, acima de tudo, pela capacidade de submeter a formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organizações e de movimentos sociais. [...] Nesse sentido, pode-se dizer que a atuação no ambientalismo representa, para os próprios ativistas, uma forma de “ruptura” com o “simples” exercício profissional e de reativação de disposições que possibilitem “extrapolar os limites da profissão.

A incorporação no ensino formal de questões relacionadas ao meio ambiente auxilia para a formação do indivíduo “consciente”. A esse respeito, Novicki e Souza (2010, p. 721) esclarecem,

Grosso modo, essas recomendações visam a contribuir para o desenvolvimento de uma consciência que favoreça a participação social nos processos decisórios de formulação e implementação das políticas públicas na área, tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental.

A inclusão da temática ambiental no ensino formal caracteriza-se por um processo de disputas de interesses políticos individuais e coletivos, colhendo os resultados destas contradições para a causa ambientalista, como pontua Siqueira (2008, p. 428).

Ao lado de manifestações excessivamente técnicas para serem entendidas e de retóricas extremamente populistas, que não induzem a considerações mais profundas sobre os procedimentos individuais e coletivos, essas discrepâncias tiram o mérito das comunicações sobre os assuntos ambientais, que passam a ser percebidas como carentes de coerência.

Os discursos de lideranças que possuem poder político e econômico apropriam-se de ONGs para manifestar seus desejos políticos, lucrando assim com a educação ambiental, pois se dispõem de investimentos em setores-chaves da atual economia “sustentável”, como reciclagem, produtos “ecologicamente corretos” e a diminuição das emissões de carbono.

Jacobi (2006, p. 12) expõe a contradição de ações individuais de cunho ambiental.

O consumo sustentável implica necessariamente numa politização do consumo, ou o que, segundo alguns autores, são denominados de "ambientalização do consumo", no sentido de caracterizar as práticas de consumo que transcendem as ações individuais, na medida em que articulem preocupações privadas e questões públicas (Jacobi, 2005 p. 12).

Essas práticas não alteram a forma do consumo, mas destacam a sensação de auto-identificação, satisfação pessoal e de pertencimento. Bauman (2008, p. 41) aponta a relação do consumo como um hábito de estratificação social e que integra o indivíduo na sociedade, inerente ao sistema produtivo.

Pode-se dizer que o “consumismo” é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, ‘neutros quanto ao regime’, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vidas individuais.

Com o fim da Ditadura Civil-Militar brasileira em 1985, foi promulgada a Constituição de 1988, que em sua elaboração teve a participação de movimentos populares reivindicatórios dos direitos sociais. No documento constam diversos artigos que apontam sobre responsabilidade social e política no sentido da preservação ambiental. No entanto, o documento apresenta diretrizes que contradizem os artigos direcionados à preservação ao permitirem que o Capital se desenvolva e explore áreas nativas, como em áreas de exploração de minérios e de recursos hídricos em terras indígenas como aponta o artigo art. 49, inciso XVI o qual dispõe sobre “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais”.

A criação ainda na década de 1980 de órgãos ambientais como o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e, posteriormente, o SEMA (Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura) criado em 1999 aumentaram a presença estatal em áreas de preservação natural como consequência da constante expansão econômica sobre os biomas nacionais, em especial a Amazônia e o Cerrado. Tavolaro (1999, p. 4) cita o debate das mudanças climáticas sobre o governo brasileiro.

Em 1989, a criação do IBAMA pelo governo Sarney foi conseqüência do aumento exorbitante das queimadas na Amazônia nos dois anos anteriores e da efervescência do debate internacional a respeito das incertezas que decorreram de mudanças climáticas alavancadas pelo aumento exorbitante das emissões de dióxido de carbono.

Diversas leis federais foram criadas com o intuito da preservação ambiental dentro do artigo 225 da Constituição de 1988, a exemplos da Política Agrícola (Lei 8.171 – 1991), do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985 – 2000) e o Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 - 2012) mostram uma parcela destas ações. A agricultura familiar é citada na (Lei 11.326 – 2006) e a agricultura urbana na Lei 303.A – 2019.

A Constituição Federal de 1988 permitiu uma descentralização consentindo a criação de leis ambientais e de agricultura estaduais, vide a (Lei 16.684 – 2018) do Estado de São Paulo e sobretudo leis complementares municipais, citando as leis complementares 623/2019 e 306/2006 de São José dos Campos sobre ordenamento territorial e a implementação de uma agricultura sustentável. Tavolaro (1999, p. 5) transcreve o escoamento do poder federal.

A razão empírica para sua crença na centralidade da gestão municipal para o conjunto dessas transformações é que a Constituição Brasileira de 1988 conferiu amplos poderes aos municípios, transferiu a eles inúmeros encargos, e concedeu-lhes um montante bastante significativo de recursos se comparado aos anos anteriores, caracterizados por extremo centralismo federal.

Seguindo a tendência mundial do modelo neoliberal, o Brasil também experienciou durante a década de 1990, quando convergiam as pautas relacionadas a desigualdade social e as políticas ambientais uma conscientização militante. De acordo com Costa e Coutinho (2011, p. 85)

Na década de 1990, a agricultura urbana foi apontada pelas agências internacionais de desenvolvimento como uma ação com potencial para dar respostas aos crescentes problemas urbanos de ordem social, decorrentes da crise econômica e dos resultados das políticas de ajuste estrutural ditadas pelas políticas neoliberais. O contexto era de junção das políticas ambientais internacionais com o tema da pobreza urbana e formulação de metas a serem adotadas pelos países, a exemplo das oito Metas do Milênio (Brand; Muñoz, 2007 *Apud* Costa; Coutinho, 2011, p. 85).

### 3.2 A AGRICULTURA URBANA COMO UM FENÔMENO GLOBAL

A prática da Agricultura Urbana (AU) permeia a década de 1980 e tem como o principal objetivo combater a carência alimentar em lugares que contam com pouco apoio do Estado. Estudos da Food and Agriculture Organization FAO (2012) apontam investimentos massivos de governos da África, Ásia e América do Sul em sistemas de irrigação de grandes cidades para a agricultura urbana. Órgãos como a FAO e a ONU (2022), levantam dados diretamente relacionados à insegurança alimentar no mundo. Em matéria intitulada “Relatório de agência da ONU aponta que 61,3 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar” elaborada por Pincer e divulgada em 13/07/2023 na página do Senado Federal, consta:

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, divulgou o relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022. Os números para o Brasil foram coletados no período de 2019 a 2021 e revelam que 61,3 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar

A implementação de novos métodos econômicos baseados no neoliberalismo e relacionados com a estrutura fundiária e industrial afetou a produção interna de alimentos em âmbito nacional, colocando a AU como uma alternativa para combater a carência alimentar de forma mais efetiva. Ao possuir peculiaridades regionais, as hortas comunitárias urbanas apresentam características distintas no que se refere ao tipo de cultivo, ao seu funcionamento, aos grupos que participam, podendo em alguns casos, ter um papel educativo, no sentido do manuseio e da preservação ambiental.

Estudiosos de diversas áreas têm se dedicado a análises sobre o problema da fome no mundo, suas origens, seus impactos sociais e ambientais. Para Shiva a Revolução Verde causou impactos negativos em diversas sociedades, muitas das quais vivenciam o problema da carência alimentar. Em estudo intitulado “A violência da Revolução Verde” originalmente publicado em 1989, Shiva, diz que na região de Punjab na Índia, a atuação de organizações como a Fundação Ford e Fundação Rockefeller dos Estados Unidos tem contribuído para a perda da biodiversidade por meio da prática do monopólio da produção agrícola em grandes extensões de terras. A autora (1993, p. 40-41) ainda denuncia a atividade dessas organizações como motivadoras do êxodo rural na Região.

De acordo com Sodano (2012), o projeto neoliberal é ineficiente no combate da fome no mundo. Segundo a autora (2012), as práticas neoliberais e o desmonte dos Estados Nacionais, observados principalmente pelas privatizações da cadeia produtiva de alimentos, promoveu a

prática de commodities, bem como, o deslocamento para as cidades de pequenos produtores, portanto, da redução da produção da agricultura local e diversificada. Sobre o desperdício e a perda de alimentos no mundo, a autora ressalta (2012, p. 383) “alimentos que são descartados ou perdidos sem serem consumidos, representam anualmente 1,3 milhões de toneladas de alimentos, cerca de um terço da produção alimentar mundial (de acordo com uma estimativa de 2011)<sup>3</sup>. Contrastando com este novo modelo de desenvolvimento econômico que foi responsável por desmontes de Estados de bem-estar social pelo mundo, a AU se faz cada vez mais presente não apenas para combater a carência alimentar, mas, desenvolver ações sociais relacionadas aos modelos e tipos de agricultura e de preservação ambiental. De acordo, Taguchi e Santini (2019), ambos funcionários da FAO:

No mundo ocidental, é geralmente mais normal que os governos pensem nas questões alimentares nas cidades, pois são forçados a considerar esta relação de forma mais profunda e séria do que a maioria dos países em desenvolvimento. A sua sociedade civil é mais forte e mais exigente em relação à forma como é alimentada e as suas instituições estão de alguma forma mais abertas a este tipo de pensamento. Por exemplo, as cidades adotaram inúmeras iniciativas para tornar os sistemas alimentares mais equitativos e sustentáveis, incluindo o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, assinado em 2015 por cidades de todo o mundo durante a Expo Milão 2015, incorporando o compromisso internacional para a coordenação de políticas de alimentação. [...] O Sul Global recorre frequentemente à agricultura urbana para satisfazer as necessidades nutricionais e de segurança alimentar. Na América Latina e na África, as pessoas cultivam em espaços muito limitados através de métodos inovadores, mas com o objetivo final de segurança alimentar, para que possam alimentar as suas famílias e serem capazes de sobreviver. Em comparação, a agricultura urbana no Norte Global tende a ser utilizada como um meio para levar um modo de vida mais sustentável ou para criar laços sociais dentro de uma comunidade. Lá, a agricultura urbana tem funções distintas da segurança alimentar em si.<sup>4</sup>

Tal qual o apontado por Taguchi e Santini (2019) a prática da AU se dá em contextos sociais, econômicos e políticos distintos. Em países da periferia mundial, a AU é voltada ao

---

<sup>3</sup> Tradução livre do autor: “Food waste and loss, i.e. food that is discarded or lost uneaten, annually account for 1.3 billion tons of food, about one third of the global food production (according to a 2011 estimate). (Sodano, 2012, p. 383).

<sup>4</sup> Tradução livre do autor: “In the Western world, it is generally more normal for governments to think about food issues in cities, as they are forced to consider this relationship more deeply and seriously into account than most of developing countries. Their civil society is stronger and more demanding in relation to the way it is fed, and their institutions are somehow more open to this kind of thinking. For instance, cities have adopted numerous initiatives to make food systems more equitable and sustainable, including the Milan Urban Food Policy Pact, signed in 2015 by cities from all over the world during the Milan Expo 2015, embodying the international commitment for the coordination of food policies. The Global South often employs urban agriculture to fulfill food security and nutritional needs. In Latin America and in Africa, people cultivate in very limited spaces through innovative methods but for the end goal of food security, for them to feed their families and be able to survive. In comparison, urban agriculture in the Global North tends to be used as a mean to lead a more sustainable way of life or to create social ties within a community. There, urban agriculture has functions that are distinct from food security per se. (Taguchi; Santini, 2019).

combate à fome e segundo os autores ocorre em espaços cada vez menores. Neste contexto, as reivindicações sociais por espaços públicos mais amplos se fazem necessárias.

Nesta discussão merecem ainda destaque os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU definidos em Assembleia Geral realizada em 2015 e que compõem a Agenda 2030. Dos dezessete objetivos, dois dialogam com a temática da agricultura urbana. No ODS nº 2 “Fome Zero e Agricultura Sustentável” cujo objetivo geral é de “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. Neste ODS chama atenção o n. 2.4 cujo objetivo é:

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo (ONU-Brasil).

Destaque deve ser dado ao ODS n. 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”. Neste, conforme consta em documento da página eletrônica da ONU, o definido como 11.a diz “Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento”. No próximo tópico, mais especificamente, no 2.3.1 intitulado “Agricultura Urbana, o poder público e os demais agentes”, são apresentadas algumas das ações legais do Estado brasileiro, no sentido de orientar, por meio de políticas públicas, a agricultura urbana

### 3.3 AGRICULTURA URBANA NO BRASIL

O início da produção agrícola mecanizada a partir da década de 1950, beneficiada pelo Estado brasileiro, ocasionou o aumento da concentração de terras sob o controle de poucos proprietários, Muitos dos pequenos produtores, não podendo competir de forma igualitária no campo, partiram deste em direção às cidades, onde o emprego na indústria poderia ser a melhor opção de vida. Sobre a modernização do campo e suas consequências, Palmeira (1989, p. 87) diz:

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, ‘efeitos perversos’: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se,

aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão ‘modernização conservadora’.

Mesmo com o franco processo de industrialização, o Brasil se consolidou como um país agroexportador. Nesta direção, grandes extensões de terras passaram a ser utilizadas para o cultivo de soja, entre outros produtos de maior interesse pelo mercado internacional. Internamente o abastecimento em grande parte virá da pequena produção, encarecendo a produção e dificultando o acesso a uma alimentação saudável por grande parte da população.

Nesse contexto, Mosquera e Peres (2019) sintetizam o processo de produção do pequeno produtor apresentando as dificuldades que enfrentam,

Enquanto o agronegócio comemora a liberação de agrotóxicos e os benefícios dos subsídios governamentais, a agricultura familiar, responsável por preencher 70% da mesa do brasileiro com comida, sofre diariamente as consequências da falta de investimentos em tecnologias, assistência técnica, dificuldades de financiamento, condições das estradas, além do desmonte gradativo de políticas e programas históricos.

Em artigo intitulado “A comida dos favelados”, a antropóloga francesa Yatzimirsky discorre sobre as condições alimentares e nutricionais da população moradora de duas comunidades carentes da cidade de São Paulo. Segundo a autora (2006, p. 123) há uma relação forte da identidade cultural de um grupo com a sua prática alimentar. Continuando Yatzimirsky diz,

[...] que a alimentação é a mais elaborada e sofisticada das práticas de sobrevivência humana. A antropologia mostra que, mesmo em situação de miséria, a alimentação traduz a identidade do grupo social, as suas representações; ela evidencia a dinâmica cultural da alimentação e permite questionar o habitus alimentar das populações pobres, que se enraízam em mitos alimentares.

No Brasil a agricultura urbana (AU) se manifesta em duas vertentes, sendo a primeira é aquela em que o cultivo se dá no espaço residencial, privado, nos quintais das casas e a segunda nos espaços públicos em geral de modo comunitário. Nos dois modelos, o cultivo pode objetivar o consumo próprio familiar ou do grupo no caso da produção comunitária, porém, em alguns casos pode significar o complemento da renda, com a comercialização de excedentes.

Lemos, Andrade e Medeiros (2015) esclarecem sobre os impactos positivos da agricultura urbana frente aos problemas originados pela expansão urbana. Segundo os autores (2015, p.

63),

A expansão urbana interfere profundamente na produção e no consumo de alimentos, de forma que a agricultura urbana pode ser vista como uma ferramenta para alcançar a autossuficiência e inibir a deficiência alimentar nas cidades. A agricultura urbana valoriza o conhecimento local para a promoção da igualdade e utiliza processos participativos e tecnologias a fim de promover gestão urbana, social e ambiental. O escopo global da agricultura urbana promove uma cidade produtiva e ecológica para a segurança alimentar e nutricional de sua população.

Feita em todos os tipos de lugares disponíveis dentro do eixo urbano, a AU ocorre de diversas formas. Segundo Costa e Coutinho (2011, p. 85),

A agricultura urbana caracteriza-se como uma forma de autoprodução de folhosas comestíveis e medicinais, entre outras formas de vegetais, e animais, facilitadora do acesso a alimentos pela família e comunidade, cujo excedente pode ser comercializado localmente. Ocorre em diferentes locais, como por exemplo quintais, lajes de cobertura residencial, escolas públicas, terrenos vazios, ao longo de avenidas e faixas de domínio de redes de alta tensão. Revela-se como uma atividade produtiva e interativa que rebate a ideia predominante de que área urbana não-construída é sinônimo de área ociosa.

Com a convergência de militância e práticas socioambientais na década de 1990, órgãos governamentais e ONGs foram aumentando suas influências em trabalhos de base e ações sociais com moradores e apoiando iniciativas populares utilizando-se do prisma de identidade cultural e fortalecimento do senso de comunidade e do trabalho coletivo, bem como, da memória coletiva. A esse respeito Costa e Coutinho (2011, p. 87) afirmam,

No processo de experimentação e assimilação da nova realidade — urbana — pelo imigrante, há uma dupla construção: do passado e do presente. O passado, ao ser visitado por intermédio da memória, resulta numa composição entre elementos ajustados a partir do ponto de vista do tempo presente, de silêncios e de esquecimentos. As lembranças e os esquecimentos emergem de acordo com as adequações ao presente em relação ao qual se busca coerência. Esse presente, que se cria cotidianamente, é uma construção feita, também, a partir da interpretação do tempo passado. Nesse processo simultâneo, se constroem novos hábitos, valores e práticas. Aqui, o hábito está sendo compreendido como modos de ser e modos de viver que não se reduzem à repetição de um passado resgatado.

Tal qual o apresentado neste tópico, no Brasil, a AU se realiza a partir de dois modelos: o das hortas comunitárias urbanas e o da produção nos quintais residenciais. Porém as hortas comunitárias podem ser burocráticas no sentido da sua implementação, pois precisam ter seu reconhecimento perante o poder público local. De acordo com Zanirato e Raineri (2021, p. 270) as hortas comunitárias geralmente são espaços mais largos, ligados diretamente ao solo que

permitem um acesso facilitado de outros indivíduos em seus arredores, além de possuírem independência do Mercado para sua produção. Os quintais, por sua vez, apresentam um aspecto minimalista e privado, no qual o plantio ocorre nos fundos e/ou nos arredores das residências.

Nestes espaços ocorre em geral ocorrem a produção de vegetais e legumes, e também, de plantas medicinais e temperos, atendendo assim a população mais carente (Zanirato; Ranieri, p. 272).

Estudo desenvolvido por Alcântara e Branco (2001) mostra que entre 1996 e 2010 foram publicados 186 trabalhos científicos sobre horticultura urbana e periurbana no Brasil. O estudo mostra o aumento do número de publicações sobre a temática, com destaque para o viés da Renda Direta (comercialização) com a publicação de 67 artigos e do viés da Renda Indireta (autoconsumo) abordado por 49 artigos. De acordo com as autoras, o cultivo de hortaliças em espaços urbanos contribui para aumentar o bem-estar da população. No entanto, Alcântara e Branco (2001, p. 426) ressaltam que “a avaliação das principais dificuldades encontradas nas hortas urbanas e periurbanas sugere que o sucesso desses projetos parece depender muito mais da organização comunitária e da decisão política de apoiá-los, do que propriamente da disponibilização de tecnologias”.

Continuando, Alcântara e Branco (2001) apontam para o benefício da criação de hortas comunitárias urbanas para o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e de identidade dos participantes. A esse respeito, as autoras (p. 426) dizem ter encontrado em 16 dos trabalhos publicados informações sobre o “incremento de vínculos afetivos e solidários entre participantes e comunidades e melhoria da organização da comunidade”, enfatizando a questão de como a criação e funcionamento das hortas urbanas podem contribuir para o trabalho coletivo e o desenvolvimento do senso de comunidade entre os participantes.

### **3.3.1 Agricultura urbana, o poder público e os demais agentes**

Considerando a divisão territorial e política, o Brasil é regido por três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. A escala de análise do processo de implementação da agricultura urbana é sempre local. No entanto, faz-se necessário investigar a existência de políticas públicas, voltadas a essa questão nos três níveis governamentais.

No Brasil, a primeira manifestação direta do Governo Federal sobre Agricultura Urbana ocorreu com a recente promulgação em 12/09/2023 do Decreto 11.700, instituindo o Programa

Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Tal como consta no Decreto em seu art. 4º, São princípios do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana:

- I - o direito humano à alimentação adequada;
- II - o direito à saúde;
- III - o direito à cidade;
- IV - a participação popular e social;
- V - a economia popular e solidária;
- VI - o cooperativismo e o associativismo;
- VII - a agroecologia e a produção orgânica;
- VIII - os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis;
- IX - os circuitos curtos de comercialização;
- X - o uso sustentável do solo, da água, dos ecossistemas e da agrossociobiodiversidade;
- XI - o respeito à diversidade socioambiental e cultural;
- XII - a alimentação como prática cultural e social; e
- XIII - a bioeconomia.

No âmbito estadual, de acordo com estudo de Kuhn *et al.* (2023, p. 12), “Minas Gerais foi o primeiro estado a aprovar, em 2006, uma política de AU. Segundo os autores, a Lei nº 15.963/2006 foi a primeira voltada especificamente à Agricultura Urbana no país. Os autores (p. 12) dizem que a referida Lei “influenciou o conteúdo das políticas de outros Estados, visto que muitos trechos das leis de RJ, GO, MT e AM são similares ao de MG”.

No que se refere ao estado de São Paulo, ressalta-se a promulgação da Lei 16.684 de 19/03/2018 que Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). A Política Estadual pauta-se na produção orgânica e nos sistemas de produção agroecológicos apoiando a socialização, integração de saberes populares, o consumo e a comercialização de alimentos. Importante esclarecer que por não tratar exclusivamente sobre Agricultura Urbana (AU) a Lei Estadual 16.684 é considerada por Kuhn *et al.* (2023) como uma lei secundária. No entanto, a Lei em questão, art. 2º, VII faz entender que a Agricultura Urbana e Periurbana é

o conjunto de atividades de cultivo de plantas e fungos alimentícios, cosméticos e medicinais, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura, silvicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, desenvolvidas dentro e nos arredores da área urbana.

Na referida Lei Estadual, a agricultura urbana é também mencionada como uma diretriz da PEAPO. Em seu art. 4º, IX consta “o apoio ao desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica”.

Estados como o Rio de Janeiro em 2019, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul em 2018, implementaram políticas públicas voltadas especificamente à agricultura urbana (Kuhn *et al*, 2023). A pesquisa mostrou que em 2018 o governo estadual do Rio Grande do Sul promulgou a Lei nº15.222 instituindo a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os objetivos dispostos no art. 2º da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana do estado em questão consta: “estimular o uso de imóveis públicos e privados priorizando a utilização de espaços ociosos e a recuperação de áreas degradadas”, almejando o fim de vazios urbanos para exercer uma função social”. Neste mesmo contexto, vale ressaltar o art. 5º da referida Lei que aponta quais são os beneficiários prioritários da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana:

- I - as pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional;
- II - os usuários da Política de Assistência Social e de Saúde;
- III - a comunidade escolar;
- IV - os artesãos; e
- V - as hortas comunitárias.

Desde a Constituição Federal foi definido que cabe aos municípios legislar sobre o uso e ocupação do solo em seus respectivos territórios. A esse respeito destacam-se os parágrafos I e VIII do art. 30 (Brasil, 1988)

- Art. 30. Compete aos Municípios:
- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
  - VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

A escala de análise do processo de implantação ou mesmo de projetos de implementação da agricultura urbana é sempre local, ou seja refere-se apenas ao plantio dentro do perímetro urbano. Neste tópico são apresentados alguns exemplos de implementação de políticas públicas municipais voltadas à implantação de hortas urbanas no país.

Diversos estudos mostram que a primeira manifestação política referente à agricultura urbana foi a promulgação da Lei municipal nº 5.101/1990 pelo município de Campo de Goytacazes no estado do Rio de Janeiro referente ao denominado Programa Hortas Comunitárias. De acordo com Oliveira e Santos (2018, p. 56)

A Lei Municipal n. 5.101/1990 criou o programa denominado “Hortas Comunitárias”, que trata da limpeza, manutenção e plantio de hortas populares em terrenos cedidos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, cuja produção é destinada à população, por meio das instituições e da rede municipal de ensino (SMA, 2016). O objetivo do programa é otimizar os terrenos desocupados com a implementação das hortas urbanas, possibilitando inserir os cidadãos que não tenham empregos e contribuir para a dinâmica econômica da cidade.

Estudo de Isidorio (2020, p. 10) descreve sobre o modo de implementação da Lei 5.101/1990 pela Prefeitura que

[...] realizava cadastramento de proprietários de terrenos não edificados, que tinham interesse em disponibilizar o local para o estabelecimento de hortas comunitárias e em contrapartida receber a isenção do imposto predial e territorial urbano (IPTU). Para isto era necessário que o proprietário do terreno assinasse o termo de concessão de uso de imóvel na SMAP (Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária), no prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente. Além disto, também eram cadastradas pessoas interessadas em realizar a atividade de horticultura, os chamados cuidadores, termo pelo qual a prefeitura se refere aos horticultores. Desta forma, distribuíam-se os terrenos disponibilizados para os cadastrados.

Em janeiro de 2004, por meio da promulgação da Lei 13.727 foi criado o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo. Em seu art.1º consta:

§ 1º - [...] entende-se por agricultura urbana toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município.

§ 2º - A implementação do programa se dará em áreas públicas e privadas do município.

Quando criado, o Programa conforme consta no Art. 2º apresentava como objetivos:

- I - combater a fome;
- II - incentivar a geração de emprego e renda;
- III - promover a inclusão social;
- IV - incentivar a agricultura familiar;
- V - incentivar a produção para o autoconsumo;
- VI - incentivar o associativismo;
- VII - incentivar o agroecoturismo;
- VIII - incentivar a venda direta do produtor;
- IX - reduzir o custo do acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda.

Por fim, ressaltam-se algumas das estratégias para fins de implementação do Programa de Agricultura Urbana em áreas públicas:

Art. 3º - O Executivo efetuará o levantamento das áreas públicas apropriadas para a implantação do programa, observando a Lei nº 13.430/2002<sup>5</sup>.

Art. 5º - O Executivo criará um sistema de banco de dados dos terrenos públicos e particulares apropriados para a implementação do programa, disponibilizando os dados pela Internet.

Art. 6º - O Executivo está autorizado a firmar convênios com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública para a implementação do programa.

§ 1º - O Executivo regulamentará os critérios para o cadastramento das entidades referidas no "caput" deste artigo.

§ 2º - Serão priorizadas as entidades que apresentarem maior tempo comprovado de trabalho em ações comunitárias e sociais, desde que preencham os demais critérios exigidos em regulamentação pelo Executivo.

Neste contexto de análise da agricultura urbana ressalta-se o papel das entidades e de organizações não governamentais. Neste caso, apresenta-se como exemplo de sucesso a ONG Cidades Sem Fome, fundada em 2004 na cidade de São Paulo. Informações em sua página eletrônica, mostram que a ONG visa “recuperar e dar destinação social e econômica para áreas disponíveis e sem uso específico em nossa cidade”. O público a quem a organização se dedica é a população em situação de vulnerabilidade alimentar com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de hortas comunitárias, hortas escolares e da agricultura familiar.

Na seção intitulada “A Agricultura Urbana e as Hortas Urbanas em São José dos Campos”, são apresentadas duas ONGS em destaque. A Amesatélite fundada em 2018 que administra a horta Antônio Aleixo da Silva e o Ecomuseu dos Campos de São José, que desde 2015 vem contribuindo para o processo de implementação e oficialização de hortas urbanas comunitárias em São José dos Campos.

### 3.4 VAZIOS URBANOS E HORTAS COMUNITÁRIAS

No livro intitulado “Espaço intra-urbano no Brasil” Villaça (2007) define vazio urbano como sendo “uma grande extensão de área urbana equipada ou semiequipada, com quantidade significativa de glebas ou lotes vagos”.

Esses locais são chamados de Vazios Urbanos, os quais muitas vezes apresentam potencial para uso e exercício de funções sociais no sentido de atender as necessidades de lazer ou de qualquer outra atividade que beneficie os que vivem no entorno desses espaços. É neste contexto, que as hortas comunitárias urbanas surgem como uma possibilidade de uso sustentável do ponto de vista social e ambiental.

---

<sup>5</sup> A referida Lei institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo.

De acordo com Carneiro e Silva (2020, p. 6) existem três categorias de Vazios Urbanos:

a primeira categoria é composta por imóveis públicos desafetados ou não utilizados. São tanto as edificações que se encontram sem uso quanto aquelas que, por apresentarem alto grau de deterioração, são consideradas como ruínas, apresentando-se impossibilitadas de receber funções antes de que se proceda com uma revitalização do espaço com uma infraestrutura básica indispensável. A segunda categoria, por sua vez, é composta pelos imóveis públicos desocupados, isto é, aqueles que se encontram literalmente vagos ou quando possuam, no máximo, alicerces de construções abandonados. Os imóveis subutilizados configuram a terceira categoria. Assim serão considerados os espaços que não estejam sendo totalmente aproveitados. Temos como exemplos desses imóveis aqueles que estão sendo parcialmente utilizados, como edifícios com mais de um piso onde apenas uma parte é utilizada, ou como grandes áreas que foram parcialmente utilizadas em construções.

Muitos desses vazios urbanos são propriedades particulares que atendem especificamente aos interesses do capital financeiro e imobiliário. Somados ao crescente processo de urbanização, esses espaços são utilizados como especulação imobiliária tornando-se inviáveis no que se refere à aquisição e uso por cidadãos de baixa renda. Utilizando-se desses exemplos, Alves e Bueno (2022, p. 2-3) esclarecem:

Os locais de vitalidade urbana são caracterizados pela diversidade de pessoas e interação com o entorno; desse modo, é fundamental que essa urbanidade esteja presente, principalmente, nas áreas de periferia, propiciando qualidade para a população carente. Esse fato revela que é imprescindível que a cidade seja diversa e justa para todos os grupos sociais e que disponha de espaços públicos adequados para apropriação em todos os bairros, inclusive os periféricos. Apesar da pouca atenção às áreas periféricas que apresentam menor acesso às áreas de convívio social, existem vazios urbanos que, embora estejam subutilizados ou abandonados na dinâmica urbana, são apropriados de modo não planejado por meio das práticas sociais informais que acontecem de forma espontânea e efêmera por iniciativa da população local.

A relação entre vazios urbanos e a questão do valor da terra urbana foi uma das questões discutidas por Fernandes (2002) em dissertação sobre o processo de segregação espacial em São José dos Campos/SP. Ao citar Villaça, Fernandes (2007, p. 33-34) diz

[...] segundo Villaça, a valorização de um terreno vago é acréscimo de valor resultante da produção da cidade e na cidade. O terreno vago não gera renda diferencial. Villaça dá um bom exemplo entre a renda e o valor da localização quando cita um terreno urbano vago: a renda diferencial agrícola não existe se não houver atividade produtiva no terreno, já que ela é captação de parte do valor criado pela atividade. Se esse terreno tem um acréscimo de valor, esse acréscimo deriva da alteração de sua localização e esta, deriva do trabalho social despendido na produção do espaço urbano.

A existência de vazios urbanos em centros de alta densidade demográfica indica a ausência de políticas públicas dirigidas à ampliação da prestação de serviços públicos, de garantias de direitos à circulação e do acesso de bens e serviços. Além disso, os vazios urbanos prejudicam a logística da mobilidade e da circulação, bem como, a economia dos municípios, ao serem classificados como áreas improdutivas.<sup>6</sup>

Com base nas reflexões apresentadas, a pesquisa se concentra na investigação de regiões periféricas, especialmente por serem habitadas por populações mais dependentes do uso do espaço público e carentes de áreas de lazer, direcionando o olhar para vazios urbanos que deveriam ter sua função social efetivamente aproveitada com infraestrutura adequada, mas que, em um contexto atual, encontram-se ociosos na dinâmica urbana, um recurso socioespacial subutilizado. (Alves; Bueno, 2022, p. 3).

Neste contexto, ressalta-se o pressuposto da Lei Federal n. 10.257 de 2001, denominada “Estatuto da Cidade”. Em seu artigo 1º, Parágrafo único consta:

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001).

É neste sentido que as hortas urbanas comunitárias aparecem como uma possibilidade de construção política do uso de vazios urbanos públicos com vistas ao bem-estar social coletivo. Para além do viés político e social, as hortas urbanas comunitárias além de serem um dos tipos de realização da agricultura urbana, pela produção de alimentos em pequena escala, coaduna com a produção orgânica, ou seja, livre de agrotóxicos e ambientalmente sustentável.

Ressalta-se que em meio a práticas coletivas do cultivo de alimentos em áreas urbanas se destaca o que se denomina de “Ecologia dos Saberes”. A ecologia dos saberes sintetiza conhecimentos distintos do cientificismo moderno permeado pelo pensamento ocidental chamado de “Abissal” que polariza a dialética contra o pensamento pós-abissal, saberes populares e conhecimentos “não-científicos”. Santos (2010, p. 33) debate sobre as distintas as

---

<sup>6</sup> O município de São José dos Campos possui uma classificação de Vazio Urbano diferente do consenso acadêmico, com a Figura 11 contendo em sua descrição o seguinte parágrafo: Para efeito deste Mapa são consideradas como vazios urbanos as áreas privadas desocupadas ou subocupadas remanescentes da urbanização da cidade, localizadas dentro do perímetro urbano, independentemente de possuir, ou não, infraestrutura e serviços públicos. Essas áreas são constituídas por glebas ou lotes oriundos de desmembramento ou loteamento, com área superior a 5km<sup>2</sup>, que deverão ter sua ocupação priorizada, direcionada ou controlada. Para espacialização dos perímetros das propriedades identificadas como vazios urbanos foram utilizadas fontes diversas, observando-se pequenas distorções devido à necessidade de retificação de alguns imóveis.

linhas abissais.

O conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais bem conseguidas do pensamento abissal. Dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de forma diferenciada, são mutuamente interdependentes. Cada uma cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis.

As hortas urbanas utilizam-se desses saberes populares, evidenciando um senso de identidade cultural, no qual são fortalecidas suas produções e praticadas como um bem-estar complementar na vida cotidiana urbanizada. Santos (2010, p. 64-65) analisa como a ecologia dos saberes é feita por agentes desestabilizadores subjetivos ao saber ocidental moderno.

A ecologia de saberes é constituída por sujeitos desestabilizadores, individuais ou coletivos, e é, ao mesmo tempo, constitutiva deles. A subjetividade capaz da ecologia dos saberes é uma subjetividade dotada de uma especial capacidade, energia e vontade para agir com clinamen. A própria construção social de uma tal subjetividade implica necessariamente recorrer a formas excêntricas ou marginais de sociabilidade ou subjetividade dentro ou fora da modernidade ocidental, as formas que recusaram a ser definidas de acordo com os critérios abissais.

Krenak em seu livro “Futuro Ancestral” afirma que na contramão das práticas neoliberais, cada vez mais surgem movimentos de reivindicação de saberes antigos que remetem ao contato direto com a natureza e a forma respeitosa de tratá-la, contrastando segundo o autor (2022, p. 34) com a forma de planejamento urbano “feito contra a paisagem”. Krenak (2022), chama atenção para os reflexos sociais e ambientais negativos do modelo neoliberal. Para o autor (p. 30-45)

Nossa tecnologia para produzir pobreza é mais ou menos assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre. [...] É exatamente o que o pensamento colonial produziu. O antropoceno está acumulando tanto lixo, tanto estrago, que deixou o mundo adoecido. [...] Quem sabe a presença dos povos indígenas na construção do novo constitucionalismo da América Latina, a partir dos Andes, traga outras perspectivas sobre aquilo que nós chamamos de país e de nação? Porque os povos originários tem outras contribuições ao debate, tanto sobre a pólis quanto sobre as ideias de natureza, ecologia e cultura. Se formos capazes de nos abrir a toda essa riqueza, a atividade política será mais uma dimensão da existência, e não uma ocupação predatória, como tem sido para muitos políticos do século XXI, o século do neoliberalismo, cuja invenção só tem servido para aparelhar corpos e constituir servidão. Escapar dessa servidão e também se abrir a ideia de ocupar, inclusive o espaço da política, do Estado, e eu espero que a gente possa ajudar a oxigenar ao máximo esses ambientes, assim como os nossos rios, que

generosamente compartilham sua potência e confluem. (Krenak, 2022, p. 30-45).

Neste mesmo contexto, Veeck, *et al.* (2020) dizem que as hortas comunitárias servem como espaços para o compartilhamento de saberes populares, especialmente dos saberes relacionados à terra. Tendo como referência uma horta urbana comunitária de Porto Alegre/RS, esses autores (2020, p. 5) dizem que as hortas urbanas podem contribuir

significativamente para aumentar a soberania alimentar das comunidades, aquecer redes solidárias comunitárias através das trocas de saberes e sentimento de coletividade, impactando, ainda, na qualidade da alimentação com aumento do consumo de alimentos livres e, ainda, alterando a percepção das pessoas sobre suas capacidades de autoeficácia. (Veeck, *et al.*, 2020, p. 5).

## TERCEIRA SEÇÃO

### 4 O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O município de São José dos Campos, localizado no Estado de São Paulo pertencente a macrorregião do Vale do Paraíba, é popularmente chamada de “Capital do Vale”, contendo aproximadamente 700 mil habitantes e uma densidade populacional de 634 habitantes por km<sup>2</sup>.

Possui a maior área urbanizada da região, além de esgoto, arborização, urbanização adequada das vias públicas. Apresenta 94.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 94.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 66.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2023).

O município apresenta um PIB per capita de 53.646,47 considerado alto, devido a formação de um pólo e parque tecnológico, proporcionando assim um terreno fértil para novas criações do ramo e atraindo um forte investimento no setor de serviços, somando as multinacionais que se estabelecem, dada a facilidade do transporte e as instituições de ensino para formar novos profissionais para estas indústrias. Dos seus extremos Oeste, Sul e Leste, é trespassado pela BR-116, também chamada de Rodovia Presidente Dutra entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o primeiro e o terceiro estado mais populoso respectivamente, onde a cidade Rio de Janeiro fora capital antes da construção de Brasília. Possui um acesso rápido viário que permite a construção de fábricas multinacionais em sua margem e o transporte de carga pesada em grandes veículos automotivos.

Possui uma extensão total de 402 quilômetros, iniciando-se no Trevo das Margaridas, no acesso à Avenida Brasil, no Rio de Janeiro e terminando na Ponte Presidente Dutra, no acesso à Marginal Tietê, em São Paulo. A Via Dutra é considerada a rodovia mais importante do Brasil, não só por ligar as duas metrópoles nacionais, mas também por atravessar uma das regiões mais ricas do país, o Vale do Paraíba. Devido ao dinamismo econômico da região do Vale do Paraíba, as cidades localizadas às margens da Rodovia Presidente Dutra vêm experimentando, nos últimos anos, um rápido processo de expansão e de conurbação, formando a chamada Megalópole Rio-São Paulo (Brasil, 2023).

#### 4.1 FASES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

A escolha do município de São José dos Campos para ser evidenciado na atual pesquisa deve-se a ocorrência de dois grandes processos econômicos no município, primeiramente a fase

do tratamento da tuberculose, popularmente chamado de **Fase Sanatorial** e ocorrendo simultaneamente, porém estendendo-se até a atualidade é a **Fase Industrial**. Elias e Vianna (2007, p. 1297) relatam o processo de urbanização do município. “A geografia marca São José dos Campos: numa simplificada representação que encobre a complexa construção social, o privilegiado clima a fez estância em 1920; a privilegiada nova localização tornou-se pólo industrial tecnológico em 1980.”

#### 4.1.1 Fase Sanatorial

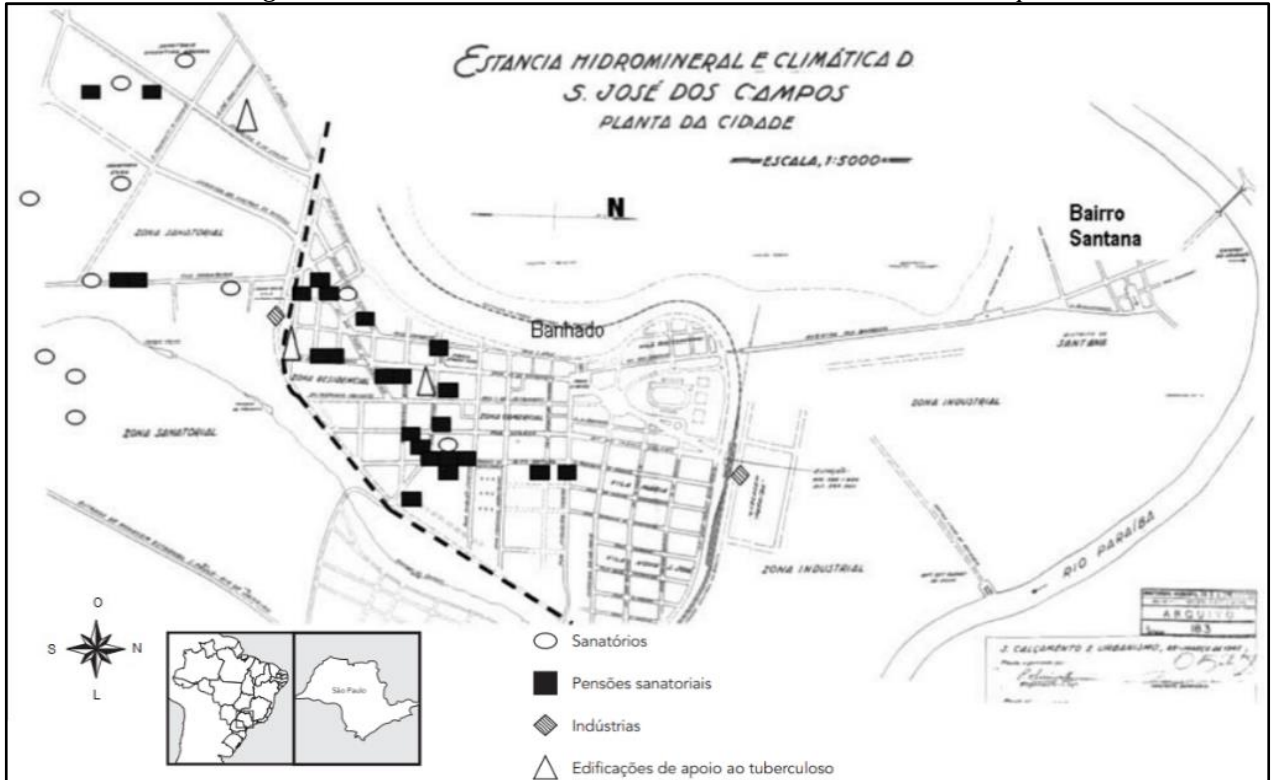
Iniciando-se no começo do século XX, a Fase Sanatorial surgiu como consequência de uma política pública de combate à tuberculose, sendo uma doença ligada à modernidade das cidades. No século XIX, adquirir a doença era motivo de isolamento, motivando ações sanitárias que passaram a adotar os tratamentos em cidades menos urbanizadas como retiros para grupos sociais mais abastados em um primeiro momento. Segundo Elias e Vianna (2007, p.129), a criação de sanatórios e a crescente procura pelos tratamentos fomentou a urbanização e somando-a consecutivamente a uma mão-de-obra industrial. “O Estado desabrigou os hospitais das grandes cidades de tratar da tuberculose: seguindo o modelo europeu, estimulou a construção dos sanatórios no interior, preservando, assim, o investimento realizado na imigração de mão de obra para a nascente indústria.”

Com o título de “estância climatéria”, o município de São José dos Campos recebeu doentes que migravam de diversas partes do país em busca de atendimento, tendo finalizado suas atividades sanatoriais em 1981

O principal sanatório construído foi o Vicentina Aranha, inaugurado em 1924 e encerrando as atividades em 1960, fora abandonado até ser arrematado pela prefeitura em 2006 e aberto ao público em 2007, atualmente abriga um museu e suas edificações estão em processo de restauração desde 2011.

A Fase Sanatorial movimentou um mercado adjacente de pensões e edificações que posteriormente servirá de base para as áreas comerciais e à Fase Industrial. O mapa da Estância Hidromineral e Climática de 1935 contido em estudo de Elias e Vianna (2007, p. 1.300), **Figura 5**, mostra uma alta concentração de estabelecimentos, pertinentes a zona sanatorial no centro, estando de alguma forma relacionados com este fator econômico do município.

**Figura 5 - Zoneamento sanatorial do centro de São José dos Campos**



Fonte: ELIAS; VIANNA (2007, p. 1.300). Legenda adaptada pelo Autor (2023).

#### 4.1.2 Fase Industrial Primária

A partir da década de 1920, estabeleceram-se indústrias no município, influenciadas pela localização entre o eixo Rio-São Paulo, como consequências econômicas do ciclo do café que ocorreu no Vale do Paraíba durante o século XIX, uma boa estrutura viária permaneceu na região. Dado este contexto, França *et al* (2006, p. 1) cita o primeiro processo de industrialização joseense:

Neste período, três grandes empresas se estabeleceram no município: Cerâmica Santo Eugênio, Cerâmica Santa Lúcia e Tecelagem Parahyba. Como consequência estas indústrias proporcionaram crescimento populacional e urbano, desenvolvendo áreas como o Bairro de Santana, e crescimento na receita financeira da cidade, proporcionando melhoria na infra-estrutura da cidade

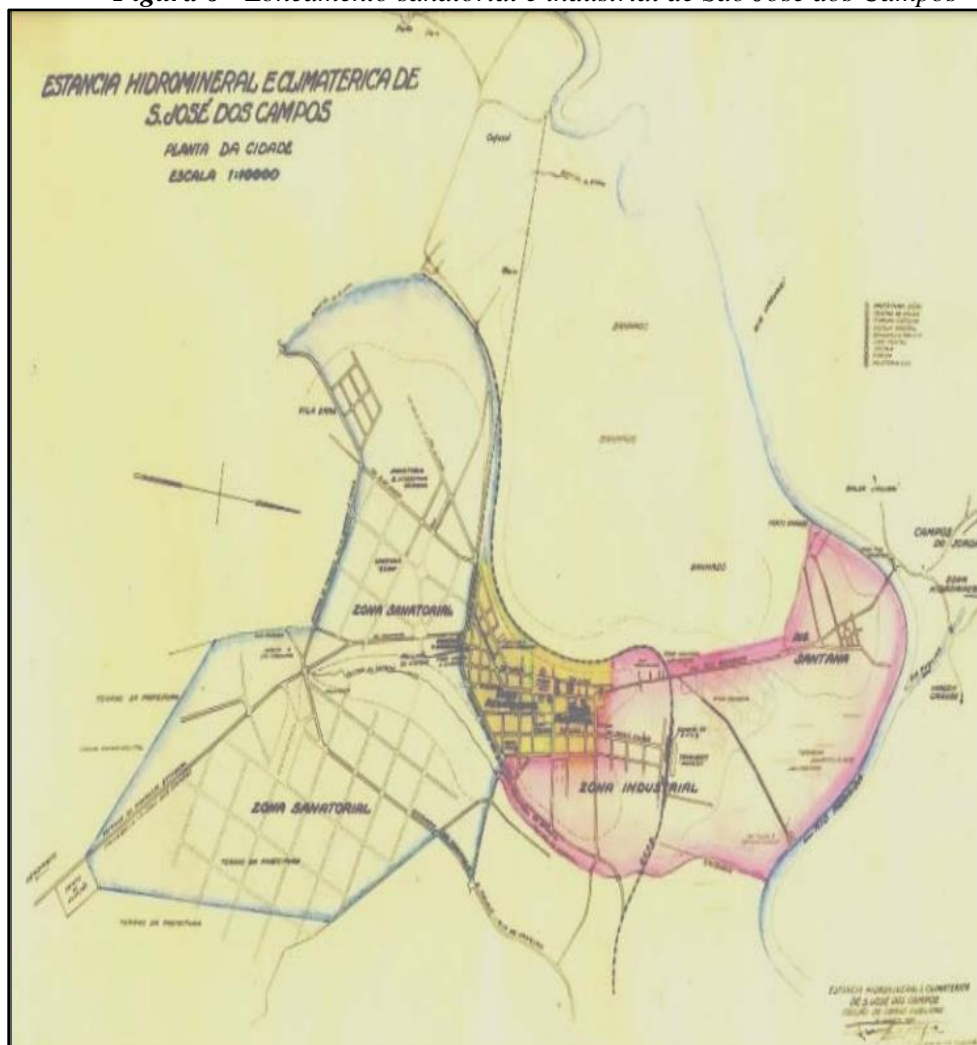
A primeira região industrializada de São José dos Campos fora o Bairro de Santana localizado na Zona Norte próximo ao rio Paraíba do Sul e da linha férrea Rio-São Paulo onde

as primeiras indústrias começaram a ser construídas a partir da década de 1920 com muitos operários advindos do estado de Minas Gerais. Ramos (2009, p. 89) pontua o sucesso a curto prazo decorrentes da industrialização:

A produção industrial, ocorrendo no espaço de Santana, modificou o quadro sócio-econômico e cultural urbano. A mudança da base produtiva levou ao incremento da vida no bairro possibilitado por um crescimento populacional significativo, expandindo o comércio local.

O mapa da **Figura 6** de 1930 mostra a área industrial do município, destacando o bairro de Santana e o bairro de Vila Maria, separado estritamente da Zona Sanatorial.

**Figura 6 - Zoneamento sanatorial e industrial de São José dos Campos**



Fonte: RAMOS (2009, p. 44).

### 4.1.3 Fase Industrial Posterior

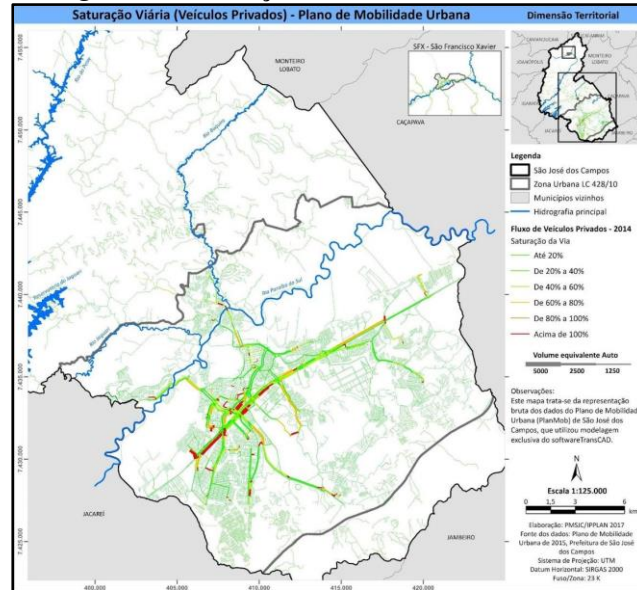
A partir de 1951 com a fundação da rodovia Presidente Dutra, aos poucos o polo industrial transferiu-se para as proximidades da nova rodovia onde anteriormente o trajeto era feito pela rodovia Washington Luiz (popularmente chamada de Estrada Velha), encurtando o tempo e a quilometragem entre Rio de Janeiro e São Paulo, as capitais mais importantes do país durante seu período industrial.

A escolha do município para a fundação do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e posteriormente a criação da EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) colocaram São José dos Campos na posição de polo tecnológico, ocasionando a criação de faculdades e de mão-de-obra especializada para trabalhar neste novo setor industrial. Transnacionais como Johnson & Johnson, Panasonic, Kodak, General Motors e Ericsson, destacaram-se como empresas motoras da economia do município. Costa, Zanetti e Papali (2017, p. 249) relacionam o papel de metrópole emergente do município.

A trajetória histórica do município tornou São José dos Campos sede de um dos mais importantes aglomerados da rede urbana paulista, destacado como um dos centros econômicos mais relevantes do estado e do Brasil. Desde a década de 1970, assumiu o papel de metrópole emergente, atraindo um grande volume de indústrias concentradas ao longo da Rodovia Presidente Dutra, definindo aí, nesse momento, as áreas intensamente ocupadas.

O rápido e intenso processo de industrialização no município exigiu mudanças na infraestrutura urbana, ao mesmo tempo, consolidou o processo de ocupação urbana. O mapa do Plano Diretor de São José dos Campos de 2018 mostra as regiões de maior fluxo de automóveis – com destaque para a região do entorno da Rodovia Presidente Dutra, onde além das fábricas, foram implantados diversos bairros – portanto, as de maior concentração urbana do município (**Figura 7**).

**Figura 7 - Saturação Viária de São José dos Campos**



Fonte: SJC (2018).

## 4.2 URBANIZAÇÃO E ZONEAMENTO MUNICIPAL

O processo de urbanização do município de São José dos Campos foi primeiramente influenciado pelas Fases Sanatorial e Industrial, destacando a área tecnológica e a presença de multinacionais contando com o apoio financeiro e subsidiado pelo Estado brasileiro.

Dados da Tabela 2, mostram a evolução do processo de crescimento demográfico no município de São José dos Campos no período de 1940 a 2022. Os dados disponibilizados pelo IBGE mostram que na década de 1940 (60%) da população residia em áreas rurais. Esse quadro começa a ser alterado a partir da década de 1950 com o aumento da concentração populacional nas áreas urbanas. Diversos estudos mostram que o rápido e intenso processo de urbanização esteve relacionado ao também intenso processo de industrialização vivenciado em São José dos Campos. Embora seja imperceptível, os dados dispostos na Tabela 2 mostram que após uma pequena queda da população rural entre as décadas de 1990 e 2000, ocorreu um pequeno aumento da população rural no período de 2010 a 2022.

**Tabela 2 - Dados demográficos do município de São José dos Campos – população total, urbana e rural – 1940-2022.**

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1940	36.702	(40%) 14.774	(60%) 21.927
1950	44.804	(59%) 26.600	(41%) 18.204
1960	77.533	(73%) 56.882	(27%) 20.651
1970	150.884	(89%) 134.896	(11%) 15.988
1980	287.513	(96%) 276.901	(4%) 10.612
1990	442.370	(96%) 425.515	(4%) 16.885
2000	539.313	(99%) 532.717	(1%) 6.596
2010	629.921	(98%) 615.175	(2%) 12.815
2022	697.428	Est.(98%) 681.108	Est.(2%) 16.320

Fonte: SOUZA (2008); IBGE (2023) adaptado pelo Autor .

Dados presentes no **Quadro 1** mostram o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) disponibilizado pelo IPEA referente ao ano de 2010.

**Quadro 1- Índice de Vulnerabilidade Social do município de São José dos Campos (2010)**

UDH	IVS	IVS INFRAESTRUTURA URBANA	IVS CAPITAL HUMANO	IVS RENDA E TRABALHO
APA do Banhado : Centro	0.398	0.250	0.526	0.418
APA do Banhado : Leste	0.385	0.467	0.344	0.344
APA do Banhado : Limoeiro	0.330	0.272	0.415	0.303
Altos de Santana	0.303	0.400	0.297	0.213
Aquarius	0.050	0.000	0.078	0.072
Bairro dos Freitas	0.392	0.250	0.509	0.418
Bell Park	0.079	0.000	0.112	0.126
Bom Retiro	0.383	0.467	0.337	0.344
Bosque dos Eucaliptos	0.082	0.000	0.107	0.138
Bosque dos Eucaliptos : Sesi	0.181	0.230	0.168	0.145
Bosque dos Ipês	0.153	0.176	0.151	0.133
CTA	0.081	0.000	0.106	0.138
Campo dos Alemães	0.290	0.224	0.370	0.276
Campos de São José	0.289	0.345	0.306	0.216
Centro	0.137	0.098	0.130	0.183
Chácaras Reunidas	0.277	0.314	0.242	0.276
Cidade Jardim	0.153	0.176	0.151	0.133
Conjunto Habitacional São José	0.395	0.250	0.517	0.418
Estação Ferroviária	0.380	0.467	0.329	0.344
Eugênio De Melo	0.199	0.136	0.246	0.214
Floradas	0.082	0.000	0.108	0.138
Galo Branco	0.277	0.314	0.240	0.276
Jardim América	0.078	0.000	0.109	0.126
Jardim Bela Vista	0.080	0.000	0.113	0.126
Jardim Diamante	0.197	0.136	0.240	0.214
Jardim Esplanada	0.189	0.400	0.094	0.074
Jardim Jussara	0.176	0.137	0.222	0.168
Jardim Motorama	0.167	0.227	0.142	0.131
Jardim Paulista	0.167	0.227	0.144	0.131
Jardim Santa Inês	0.268	0.225	0.326	0.254
Jardim Santos Dummont	0.382	0.467	0.335	0.344
Jardim Satélite	0.197	0.136	0.242	0.214
Jardim da Granja	0.197	0.136	0.242	0.214
Jardim das Flores	0.153	0.176	0.150	0.133
Jardim das Indústrias	0.079	0.000	0.110	0.126
Morumbi	0.185	0.216	0.173	0.167
Novo Horizonte	0.282	0.356	0.250	0.239
Pararangaba	0.175	0.137	0.221	0.168
Parque Industrial	0.166	0.227	0.141	0.131

Parque Interlagos	0.282	0.356	0.251	0.239
Parque Novo	0.082	0.000	0.107	0.138
Parque da Cidade	0.198	0.136	0.243	0.214
Pinheirinho	0.397	0.250	0.524	0.418
Pousada do Vale	0.382	0.467	0.336	0.344
Putim	0.289	0.345	0.306	0.216
Residencial Ana Maria	0.153	0.176	0.150	0.133
Rhodia	0.279	0.314	0.246	0.276
Rio Comprido	0.383	0.467	0.339	0.344
Rural Norte	0.338	0.272	0.439	0.303
Rural Sul	0.385	0.467	0.345	0.344
Santana	0.136	0.098	0.127	0.183
Serrote	0.382	0.467	0.334	0.344
Sertãozinho	0.282	0.314	0.255	0.276
São Francisco Xavier	0.275	0.225	0.346	0.254
Sítio Bom Jesus	0.391	0.250	0.505	0.418
Torrão De Ouro	0.166	0.176	0.188	0.133
Urbanova	0.190	0.400	0.095	0.074
Vale do Sol	0.136	0.098	0.126	0.183
Vargem Grande	0.382	0.467	0.334	0.344
Vila Adyana	0.190	0.400	0.095	0.074
Vila Ema	0.050	0.000	0.078	0.072
Vila Industrial	0.206	0.180	0.215	0.222
Vila Industrial : Conjuntos	0.153	0.176	0.150	0.133
Vila Progresso	0.276	0.314	0.239	0.276
Vila Rossi	0.078	0.000	0.109	0.126
Vila São Bento	0.178	0.137	0.228	0.168
Vista Verde	0.078	0.000	0.109	0.126
São José dos Campos	0.236	0.276	0.236	0.196

Fonte (IVS - IPEA, 2010) - Elaborado pelo Autor.

Tal qual o constante no **Quadro 1**, em 2010, São José dos Campos com (0,236) apresentava uma média de muito baixa e baixa vulnerabilidade. Tal índice mostra a existência de áreas com índices de vulnerabilidade média como é o caso da Área de Proteção Ambiental do Banhado, localizado na região central da cidade (0,398) e muito baixa como é o caso dos Bairros Vila Ema e Jardim Aquarius (0,050), sendo o Vila Ema um dos mais antigos da cidade, localizado na área de expansão imediata da região central e o Jardim Aquarius na Zona Oeste, considerado um bairro nobre e altamente verticalizado.

Ainda que essa questão seja trazida na Quarta Seção deste trabalho, ressaltam-se aqui os índices dos bairros nos quais as hortas urbanas comunitárias analisadas neste estudos estão localizadas. Entre as três localidades, o Bairro dos Freitas, localizado na zona Norte (0,392) é a área de maior vulnerabilidade social. Neste, encontra-se instalada a Horta Urbana Comunitária do Conjunto Residencial Caminho das Montanhas. Localizado na Zona Leste, o Bairro Campos de São José, que abriga dentro do Parque Alambari a Horta Urbana Comunitária Florestinha apresenta IVS baixo de (0,289). Entre as três localidades, o Bairro Jardim Satélite, localizado na Zona Sul no qual encontra-se instalada a Horta Antônio Aleixo é o que possui a mais baixo IVS (0.197).

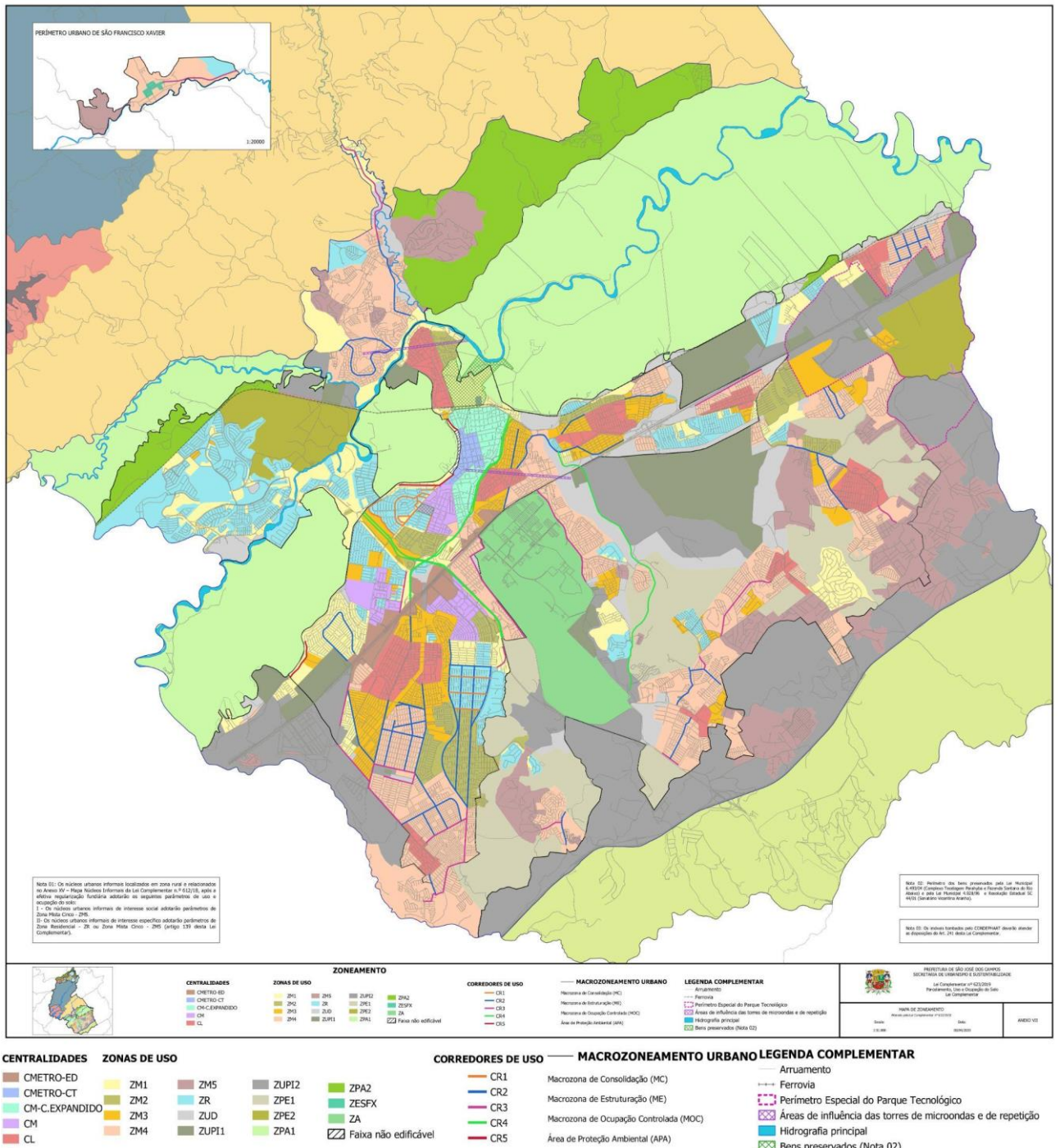
Ressalta-se, ainda, que a desatualização dos dados de 13 anos, uma vez que o IVS disponibilizado pelo IPEA é de 2010, motivou a realização de diversas visitas aos bairros nos

quais as três hortas aqui analisadas encontram-se instaladas para registros fotográficos, portanto, de informações mais atuais das condições das respectivas áreas.

Conforme o disposto na Lei de Zoneamento (Lei Complementar 632, de 9 de Outubro de 2019) promulgada a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos em vigência desde 2018 e apresentado no Mapa de Zoneamento de São José dos Campos (**Figura 8**), verifica-se que as três hortas urbanas comunitárias analisadas nesta dissertação, encontram-se situadas em áreas classificadas como ZONA MISTA 4 (ZM4), definida como:

constitui-se de áreas mistas com maior diversidade de usos, cujas áreas vazias serão destinadas aos usos residenciais unifamiliar horizontal e multifamiliar vertical, os de comércio e de serviços com baixo e médio nível de impacto urbanístico e ambiental e o uso industrial de baixo potencial de incomodidade.

Figura 8 - Mapa de Zoneamento do município de São José dos Campos - 2020



Fonte: Lei Complementar 632/2020 - Plano Diretor - São José dos Campos - Legenda adaptada pelo Autor.

Segundo o IBGE - Cidades (2023), o município de São José dos Campos possui 94,7% de suas vias públicas arborizadas. O município possui um área total de 1.099,41 Km², sendo 353,9 Km² correspondentes à área urbana.

O Município é cortado por um trecho do Rio Paraíba do Sul que tem como seus principais afluentes o rio Jaguari e o rio Buquira. No Distrito de São Francisco Xavier, o rio do Peixe deságua na represa de Jaguari nas proximidades do município de Igaratá.

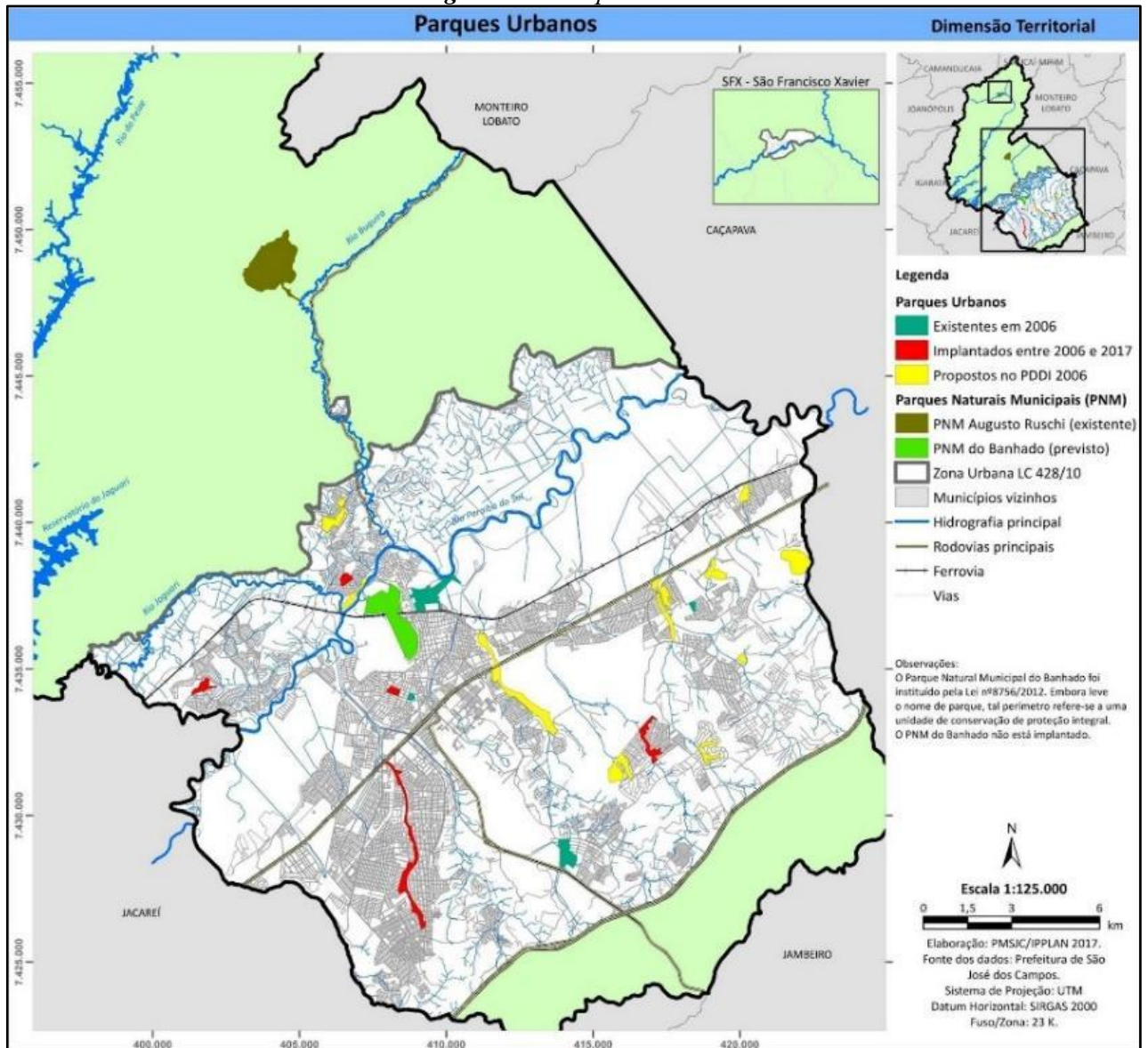
Dentre os córregos e rios que perpassam o perímetro urbano e que desaguam no Rio Paraíba do Sul, destacam-se três por possuírem proximidade com as Hortas Comunitárias Urbanas analisadas neste trabalho. São esses o Rio Alambari, localizado no Bairro Campos de São José, zona leste, onde seu fluxo passa pelo Parque Alambari, no qual encontra-se a Horta Urbana Comunitária Florestinha; o Rio Buquira, em trecho de curva nas proximidades da Horta Urbana Comunitária do Conjunto Residencial Caminho das Montanhas na Zona Norte e o Córrego Vidoca, que flui no limite do terreno da Horta Antônio Aleixo, no Jardim Satélite, Zona Sul da cidade. (**Figura 9**).

Com a expansão de bairros e áreas de plantio que margeiam o rio Paraíba do Sul, ocorre a perda de áreas de remanescente florestal no município, havendo uma necessidade de ampliação e criação de parques que possam tanto preservar quanto ampliar a vegetação local. A **Figura 10** mostra os parques verdes municipais existentes e em processo de elaboração.

Ao analisar os espaços pertencentes a área urbana, vemos no PDDI (2018) as áreas definidas pelo poder público local com potencial para criação de parques verdes urbanos. Na Zona Leste encontram-se os parques urbanos já consolidados Sérgio Sobral de Oliveira (em verde) e o Parque Alambari (em vermelho); na zona norte o Parque Burle Marx (em verde) e o Parque Alberto Simões (em vermelho).



Figura 10 - Parques Urbanos

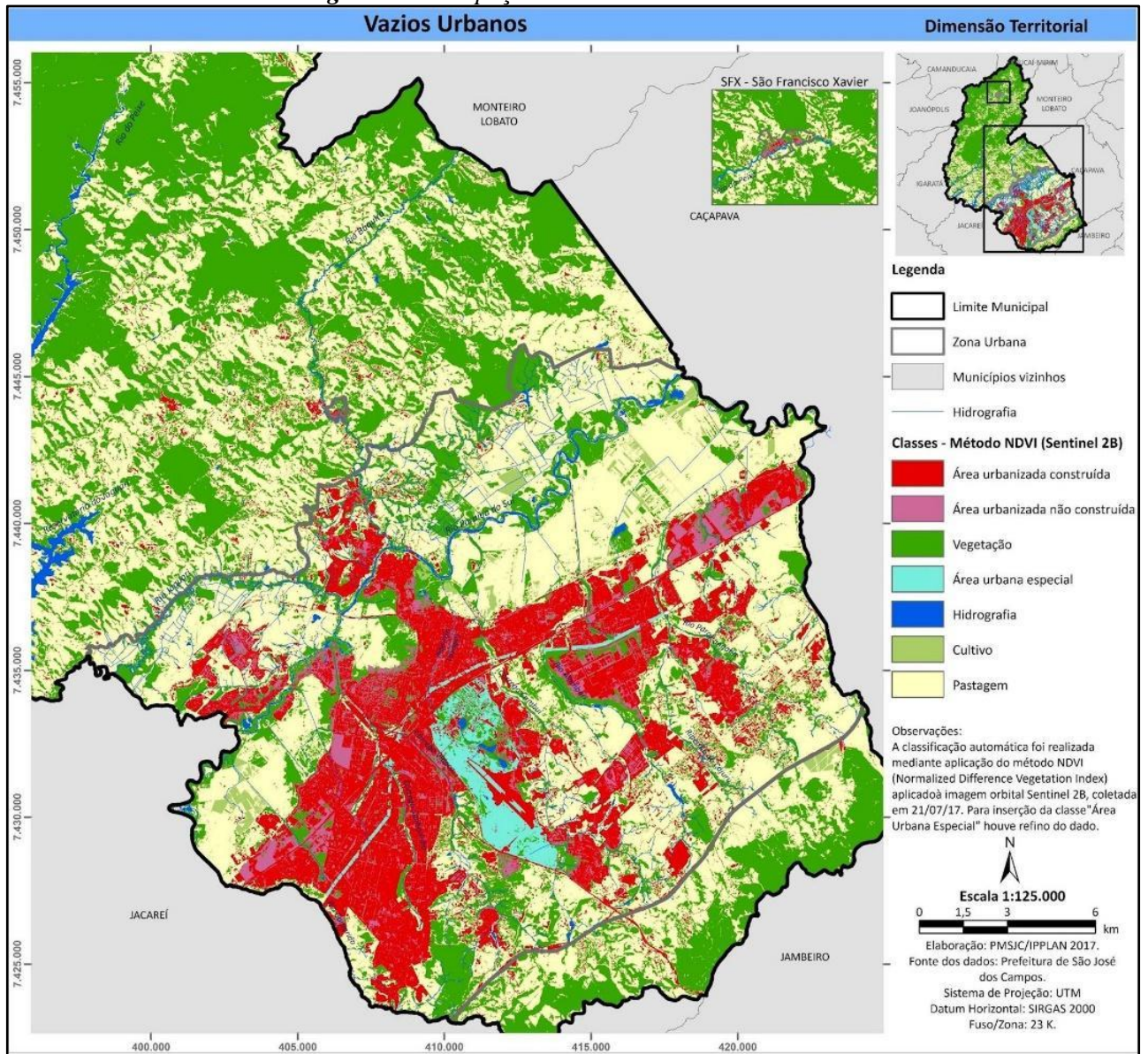


Fonte: SJC (2018).

As áreas em amarelo predominantes na Zona Leste mostram a potencialidade de áreas de lazer e para o desenvolvimento da agricultura urbana que possam favorecer a população em sua prática de consumo alimentar. Tais espaços necessitam do apoio público municipal para se concretizarem nas respectivas funções. Os Parques Burle Marx e Alambari desenvolvem programas socioambientais em suas imediações que incentivam a prática das hortas comunitárias.

Quando sobrepostos, o mapa (**Figura 10**), áreas em amarelo e o mapa (**Figura 11**), vazios urbanos, comprovam o potencial das áreas em amarelo de se tornarem parques verdes.

**Figura 11 - Ocupação do uso do solo urbano**



Fonte: SJC (2018).

Com a sobreposição dos mapas de vazios urbanos (Figuras 11 e 12) observa-se que os vazios urbanos convergem majoritariamente em áreas de pastagem, sendo, portanto, espaços improdutivos que podem ser utilizados para fins sociais, beneficiando a população residente em suas proximidades, sendo as maiores possibilidades de uso localizadas na Zona Norte (próxima ao rio Paraíba do Sul); e nas zonas Sul e Sudeste em área próxima a Rodovia Carvalho Pinto). Muitas destas áreas são de propriedade privada. No entanto, cabe ao poder público destinar o uso dos espaços improdutivos que possam beneficiar a população.



## **QUARTA SEÇÃO**

### **5 A AGRICULTURA URBANA E AS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

A presente seção analisa três hortas urbanas comunitárias presentes no município de São José dos Campos, considerando três diferentes zonas dentro do perímetro urbano. Neste sentido, são apresentadas e analisadas informações referentes aos respectivos contextos socioculturais e motivações que ocasionaram a criação das hortas urbanas comunitárias e que promoveram o contato entre os moradores participantes a posteriori; a relação com as respectivas vizinhanças a partir da implantação das hortas e o processo de manutenção das mesmas.

#### **5.1 AS HORTAS URBANAS MUNICIPAIS**

Localizadas no perímetro urbano de São José dos Campos, as hortas urbanas comunitárias estão distribuídas por diversas áreas do município. Entre os tipos de Agricultura Urbana que se desenvolvem no município, destacam-se as Unidades Básicas de Saúde (UBS) áreas de plantio dentro de unidades escolares, que permitem o acesso apenas dos alunos e funcionários; áreas verdes trespassadas por torres de rede elétrica com espaços disponíveis para o cultivo, como é o caso da Rua Arequipa no Bairro Jardim América localizado na Zona Sul da cidade que ocupa uma pequena faixa que pertence à empresa Energias de Portugal (EDP) e as hortas comunitárias implantadas em áreas públicas, tais quais as três analisadas nesta dissertação.

A pesquisa mostrou que na cidade, foram implantadas hortas comunitárias, mas que, por motivos como a falta de interesse e organização por parte dos moradores e falta de apoio por parte do poder público, não tiveram continuidade. Além disso, como aponta Marinelo (2014) na zona Norte da cidade o poder público local interveio desfavoravelmente à continuidade do funcionamento de uma horta comunitária.

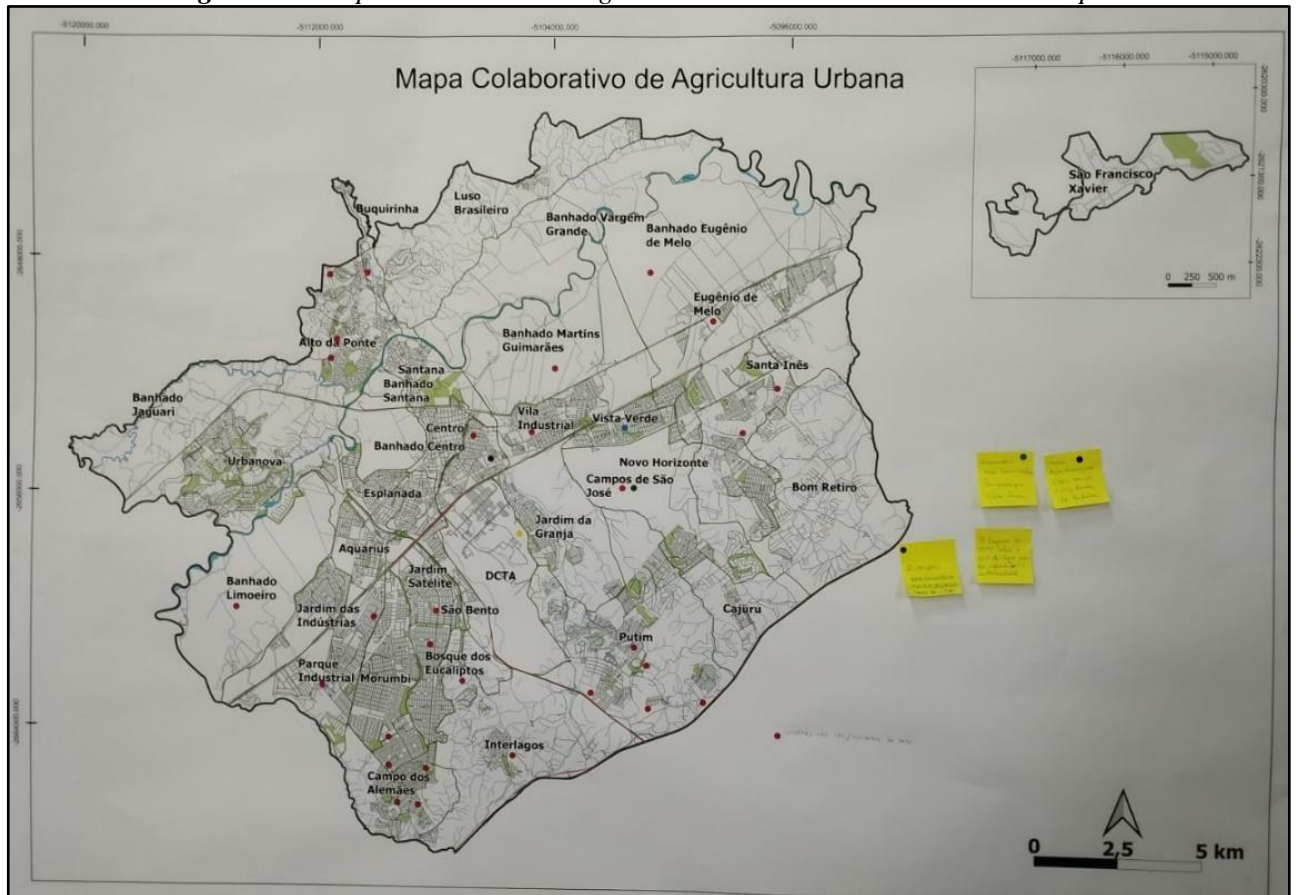
A falta de interesse por parte dos moradores em dar continuidade ao funcionamento de uma horta urbana na cidade, foi condição analisada por Bruni (2020). Em seu estudo, o autor apresenta como exemplo a horta comunitária JBM, instalada na Zona Sul no bairro Bosque dos Eucaliptos, a qual gradativamente deixou de funcionar. Em 2023, após a Pandemia da COVID-19 a horta teve suas atividades definitivamente finalizadas.

Ressalta-se que devido às condições favoráveis ao cultivo, as três hortas urbanas comunitárias analisadas neste estudo localizam-se próximas a rios e córregos que atravessam o

município.

Em 23 de Junho de 2023 ocorreu uma reunião sobre a Agricultura Urbana (AU) no município, na qual foram identificadas as Hortas Urbanas Comunitárias existentes. A Figura 13 mostra que a identificação das hortas foi realizada com a colaboração dos participantes da reunião, sem precisão cartográfica.

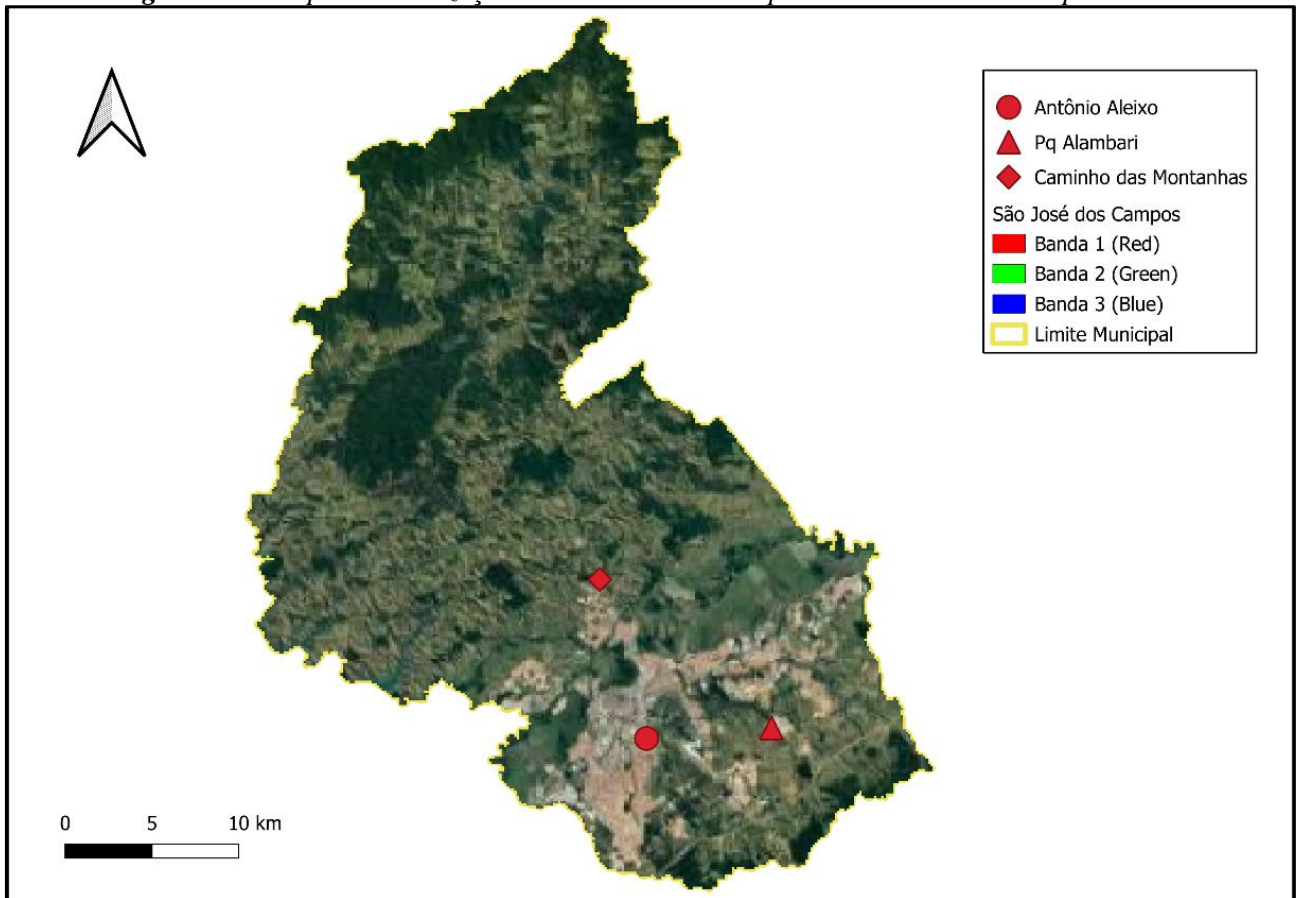
**Figura 13 - Mapa comunitário da Agricultura Urbana em São José dos Campos.**



Fonte: Mapa de localização das hortas urbanas comunitárias elaborado em Reunião realizada no dia 23/06/2023, com participação do Autor.

Como já esclarecido, o presente estudo volta-se à análise das seguintes hortas urbanas comunitárias: Horta Urbana Comunitária do Conjunto Residencial Caminho das Montanhas; Horta Urbana Comunitária Florestinha; Horta Antônio Aleixo. Para facilitar a identificação dos locais de cada uma das três hortas, novamente trazemos a Figura 4 (14).

**Figura 14 - Mapa de localização das hortas do município de São José dos Campos**



Fonte: Elaborado pelo Autor. (2023).

### **5.1.1 Horta Urbana Comunitária - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas (Zona Norte).**

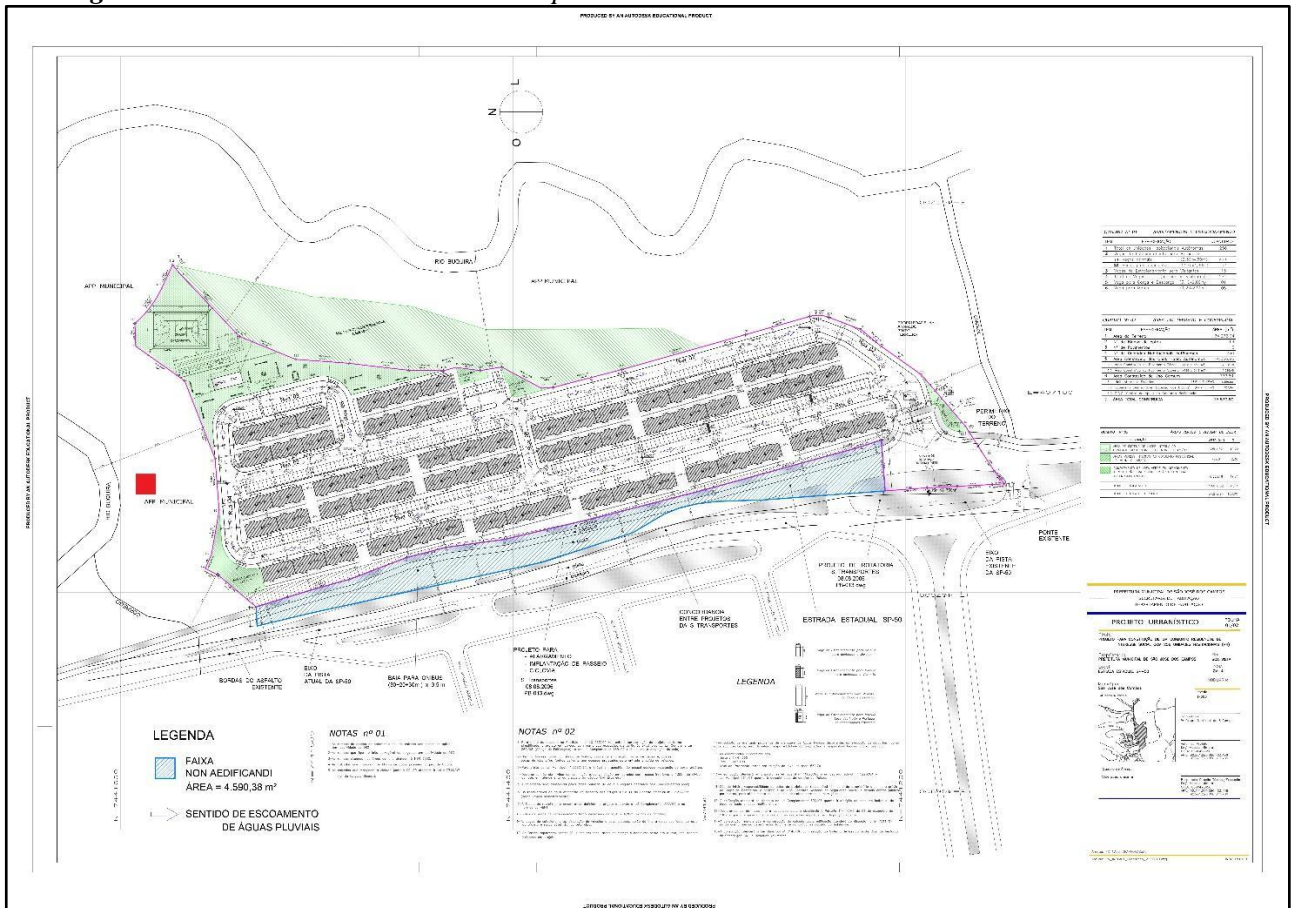
A zona Norte é uma das regiões mais antigas do município, onde se localiza o bairro de Santana, o primeiro a ser criado na cidade. A região é trespassada pelo Rio Paraíba do Sul, em um terreno com elevações e morros. Alguns dos bairros localizados na região norte são bairros rurais.

Duas grandes áreas de lazer estão presentes na Região, sendo elas o Parque Burle Marx, popularmente chamado de Parque da Cidade, localizado na entrada da Zona Norte, e o Parque Alberto Simões, localizado no Bairro Altos de Santana. A Zona Norte possui uma quantidade considerável de chácaras, sítios e áreas de preservação ambiental, e para além dela, mais ao norte, encontra-se o Parque Natural Municipal Augusto Ruschi, localizado no bairro do Costinha.

O Conjunto Residencial Caminho das Montanhas compunha o Bairro do Freitas, mas,

desde 2013, constitui oficialmente um bairro da cidade. É classificado como um CDHU, sendo o bairro mais novo em comparação aos outros dois deste estudo. A horta urbana comunitária se localiza entre a Rua Por do Sol e a Rua 1991, possui 114 m<sup>2</sup>, mas, conta com uma área de 10 mil m<sup>2</sup> para expansão do plantio. A área onde encontra-se a horta do Conjunto Residencial Caminho das Montanhas é classificada como Área de Proteção Permanente (APP) (Figura 15).

**Figura 15 - Loteamento do bairro com o ponto vermelho demarcando a área atual da horta.**



Fonte: SJC (2010). Adaptado pelo Autor (2023).

Com 114 m<sup>2</sup> é a menor horta em área apresentada na pesquisa, e embora esteja numa área de APP, respectiva a área de várzea do rio Buquirá, não possui nenhuma mata nativa, apenas uma área plana onde encontram-se bambuzais e árvores plantadas pelos próprios moradores. Por estar em área mais elevada, cerca de 10 metros acima do leito do rio, não está sujeita a inundações.

Há muito entulho nas proximidades da horta, especialmente na área de plantio das árvores maiores, além do roubo de produção de vegetais, mostrando uma dificuldade de manutenção rotineira aos arredores da área verde (Figuras 16 e 17).

**Figura 16** - Entulho e restos de fogueira no entorno da Horta Urbana Comunitária - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas (Zona Norte).



Fonte: Autor (2023)

**Figura 17** - Entulho e restos de fogueira no entorno da Horta Urbana Comunitária - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas (Zona Norte).



Fonte: Autor (2023).

A horta não conta com um sistema de irrigação próprio, dependendo exclusivamente dos moradores para o fornecimento de água (Figura 18).

*Figura 18 - Ligação informal de água por um morador*



Fonte: Autor (2023).

No que se refere às espécies cultivadas, destacam-se pequenas hortaliças, frutas e legumes (Figuras 19 e 20).

*Figura 19 - Cerca da Horta Comunitária - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas*



Fonte: Autor (2023)

*Figura 20 - Citronela - Conjunto Residencial Caminho das Montanhas*



Fonte: Autor (2023)

Devido a criação recente do bairro Conjunto Residencial Caminho das Montanhas em 2013, o IVS não foi encontrado pois os dados disponibilizados pelo IPEA e trazidos neste trabalho referem-se a 2010. Em razão disso, foi utilizado o IVS do Bairro dos Freitas, localizado em área próxima ao Bairro em questão. Considerando os IVS de 67 bairros verifica-se que com o IVS médio de (0,392), o Bairro do Freitas ocupa o 65º lugar entre os bairros considerados pelo IPEA.

No que se refere à administração da horta, não há uma página oficial que possa divulgar as ações, apenas presencialmente e restrita aos residentes do bairro, havendo um grupo de whatsapp para a comunicação de assuntos relacionados à agricultura e plantio.

### 5.1.2 Horta Urbana Comunitária - Florestinha (Zona Leste)

Com a presença de bairros bem espaçados, a Zona Leste do município permeia ambas as faixas da rodovia Presidente Dutra até a proximidade com a rodovia Carvalho Pinto. Apresenta bairros mais afastados do centro do município, como o Galo Branco e o Bom Retiro. Na região estão presentes os Parques Naturais Alambari, fundado em 2008, localizado no bairro Campos de São José e o Parque Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira localizado no bairro Jardim Santa Inês I. Igualmente a Zona Norte, a Leste possui uma quantidade considerável de chácaras, sítios. Tal qual o apontado no Plano Diretor (2018) na região existem áreas de preservação ambiental

com possibilidade de consolidação como Parque Natural do Município.

É nesta Região, mais precisamente no Parque Alambari, em um trecho da área de várzea do Rio de mesmo nome que atravessa o bairro Campos de São José que se encontra a horta urbana comunitária Florestinha. A região de várzea do rio Alambari, é uma área de 1,17 Km<sup>2</sup> que vem sendo reflorestada (Figura 21).

Segundo estimativa de medição realizada nesta pesquisa, a horta **Florestinha** com 0,9 Km<sup>2</sup> corresponde a 43,5% do Parque Alambari. É uma agrofloresta e um corredor ecológico em expansão, contendo diversas árvores nativas e frutíferas para o consumo dos residentes do bairro Campos de São José. No local, há o cultivo de pequenos e médios vegetais, mas, o plantio de árvores é predominante (Figura 22).

*Figura 21- Área reflorestada no Parque Alambari.*



Fonte: Autor (2023).

*Figura 22 - Horta da Florestinha - cultivo de pimentas*



Fonte: Autor (2023).

A Organização Não Governamental (ONG) Ecomuseu dos Campos de São José além de administrar a horta urbana comunitária Florestinha, administra grande parte do planejamento da agricultura urbana no município, tanto no plantio de hortas menores quanto de quintais urbanos na região da Zona Leste.

A administração do Ecomuseu dos Campos de São José não se limita apenas à agricultura urbana, mas à preservação do conhecimento popular (Ecologia dos Saberes) promovendo a participação social dos moradores na criação do senso de identidade cultural, tal qual os esclarecimentos de Santos (2020, p. 9):

Logo no início e durante todo o processo de execução, a metodologia do Ecomuseu dos Campos de São José constituiu em mapear e fomentar saberes e fazeres, promover a participação social e o uso dos espaços públicos por meio de rodas de conversa, rodas de cantoria, vivências, feiras culturais e piqueniques em parques e praças; fomentar rodas de bordado para troca de técnicas artesanais e convívio social; organizar e fomentar mutirões para construção de hortas comunitárias ou manutenção de áreas de lazer em locais de uso coletivo.

Considerando os IVS de 67 bairros verifica-se que a média do IVS do Bairro Campos de São José é (0,289) considerada baixa. Com este Índice o Bairro, ocupa a 49ª posição entre os bairros considerados pelo IPEA em 2010. Neste aspecto, destaca-se o papel desempenhado

pela ONG junto à população residente no bairro Campos de São José. A ONG frequentemente desenvolve projetos sociais que envolvem moradores do Bairro (Figura 23).

Antes da implementação das ações de reflorestamento na área da Florestinha o local era uma região de depósito ilegal de entulho. Com o passar dos anos e com as ações da ONG e de moradores, a área é hoje apta ao cultivo de diversos tipos de alimentos (Figura 24).

No entanto, apesar dos esforços dos participantes do Ecomuseu dos Campos de São José em reflorestar e ampliar a vegetação da área da várzea, o Rio Alambari que é de grande importância para o reflorestamento e para a garantir bons resultados dos cultivos apresenta sinais de poluição como mostra a Figura 25.

*Figura 23 - Trabalho social feitos pelos participantes do Ecomuseu do Campos de São José*



Fonte: Autor (2023).

*Figura 24 - Placa na Rua José Gonçalves de Oliveira*



Fonte: Autor (2023).

*Figura 25 - Poluição do Rio Alambari*



Fonte: Autor (2023).

### 5.1.3 Horta Urbana Comunitária - Antônio Aleixo (Zona Sul)

Conhecida como a região mais populosa de São José dos Campos, a Região Sul concentra uma grande quantidade de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Seu processo de urbanização foi intensificado a partir da instalação de indústrias como a Alpargatas S.A em 1959 , onde atualmente funciona um dos mais importantes centros comerciais da RMVPLN, o Vale Sul Shopping. A Região possui áreas para a prática de esportes e lazer como são os casos do Poliesportivo João do Pulo e da Área Verde Roberto Mineiro e do Centro da Juventude.

Localizada no bairro Jardim Satélite, na Rua Antônio Aleixo da Silva, encontra-se a horta urbana comunitária Antônio Aleixo. A área que possui 500 m<sup>2</sup> é cortada por um córrego que deságua no rio Vidoca (Figura 26).

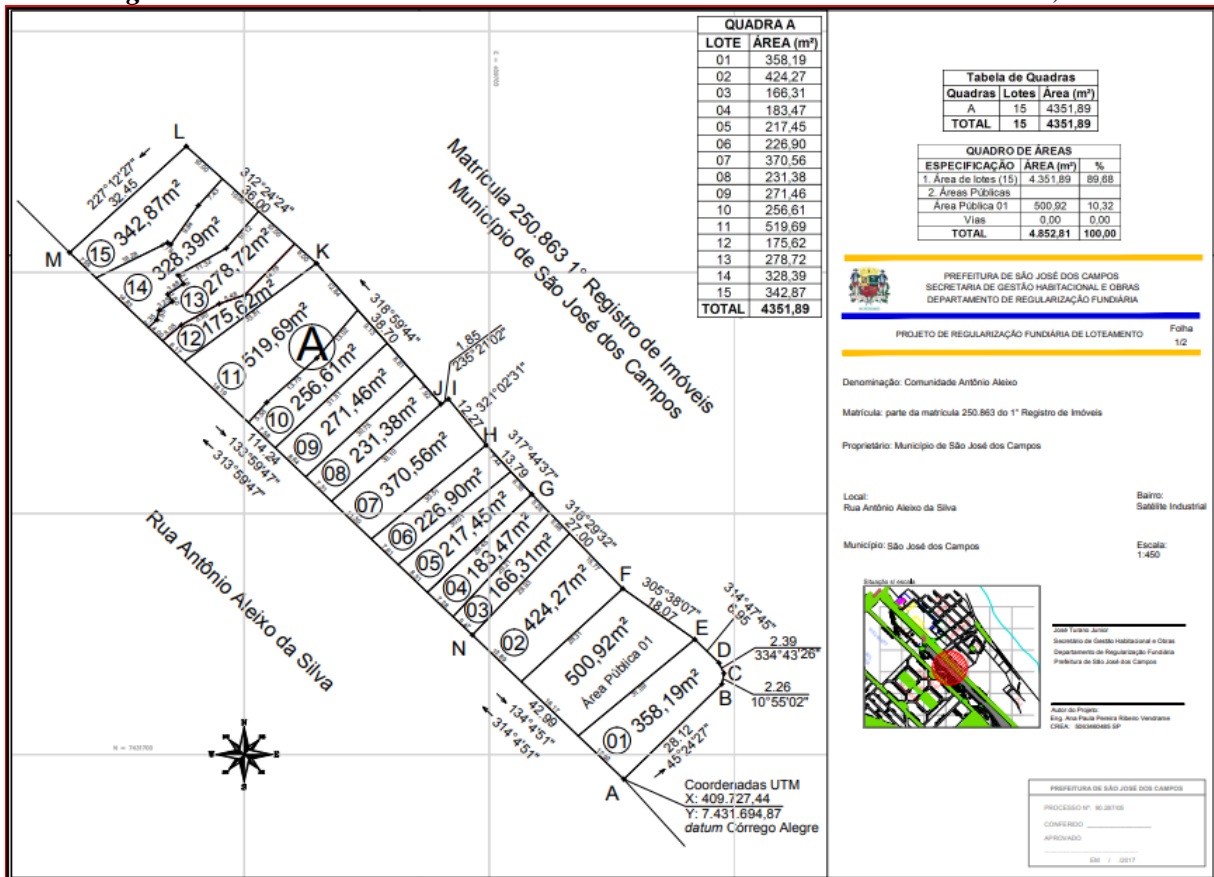
*Figura 26 - Córrego entre a Horta Antônio Aleixo e a Avenida Mário Covas*



Fonte: Autor (2023).

Importante esclarecer que a parte das ocupações existentes na Rua Antônio Aleixo da Silva teve seu uso legalizado pela Prefeitura apenas em 2018. Nesse processo de legalização um trecho da Rua até então, sem uso, passou a ser reivindicado pelos moradores para a criação de uma horta comunitária, como mostra a Figura 27.

Figura 27 - Loteamento da Comunidade Antônio Aleixo e a Área Pública de 500,92m<sup>2</sup>



Fonte: SJC (2017)

A horta é cercada e trancada na sua entrada para a rua (figura 28), tendo o acesso restrito aos seus participantes. A pesquisa de campo mostrou que, provavelmente, a cerca é uma forma de evitar furtos dos alimentos cultivados, uma vez que é grande o movimento pela rua.

A organização e manutenção da horta é realizada por moradores membros da ONG AmeSatélite, que providencia trabalhos de cunho socioambiental com a população do bairro Jardim Satélite, entre outras ações de cobrança da melhoria das vias públicas e de ampliação de agricultura urbana na zona sul da cidade.

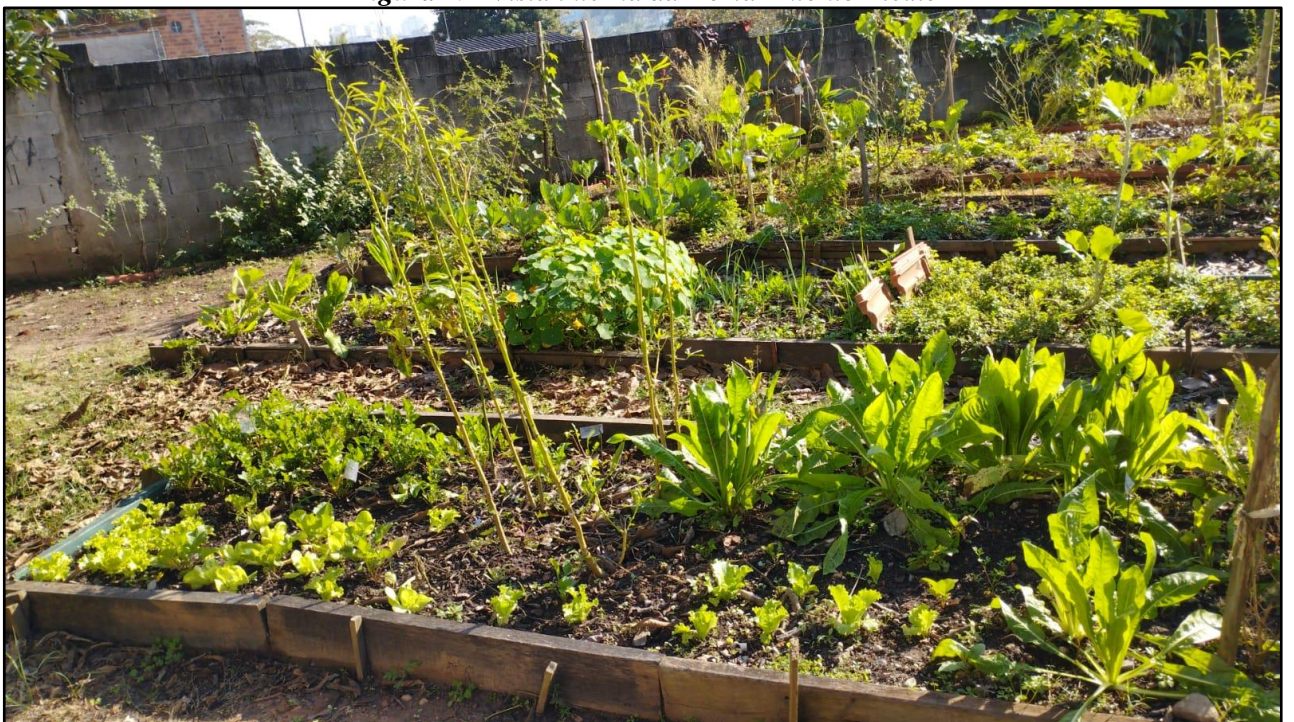
Os trabalhos de plantio acontecem todos os sábados às 9:00. O espaço de plantio possui um bom aproveitamento da área disponível, ocupando todo o terreno com uma alta concentração de vegetais como mostra a Figura 29.

**Figura 28** - Cercamento da Horta Antônio Aleixo



Fonte: Autor (2023).

**Figura 29** - Vista interna da Horta Antônio Aleixo



Fonte: Autor (2023).

O IVS do bairro Jardim Satélite é baixo se comparado a média da cidade de São José dos Campos. Neste sentido, considerando os IVS de 67 bairros verifica-se que a média do IVS do Bairro Jardim Satélite é (0,197) considerada muito baixa. Com este Índice o Bairro, ocupa a 34ª posição entre os bairros considerados pelo IPEA em 2010.

Apesar do baixo IVS, o bairro Jardim Satélite é apenas um dos que compõem a Região Sul da cidade. Como as demais regiões da cidade, a Sul, não é homogênea no que se refere aos

seus aspectos sociais, econômicos, bem como, quando consideradas as condições de infraestrutura urbana. Daí a importância de retomar brevemente a apresentação da ONG AmeSatélite.

A ONG possui uma forte presença em redes sociais, com destaque para assuntos envolvendo aspectos sociais e urbanísticos da Zona Sul, como denúncias que relacionam a falta da prestação de serviço público, como poda de árvores e de cuidados da rede elétrica.

## 5.2 PRODUÇÃO E COLHEITA NAS TRÊS HORTAS ANALISADAS

Com suas devidas produções em desenvolvimento, as hortas Antônio Aleixo e Conjunto Residencial Caminho das Montanhas destacam-se pela produção de pequenas hortaliças, frutas e legumes, enquanto a Florestinha do Parque Alambari possui uma presença de árvores frutíferas de grande porte e vegetais de pequenos portes. Entre as três hortas, a Antônio Aleixo é a que mais apresenta variedade e qualidade das espécies cultivadas (**ANEXO A**).

O cultivo da horta urbana comunitária Antônio Aleixo se dá a partir do plantio de verduras e temperos com destaque para espinafre, couve, chuchu e cebola (**Figura 30**). A pesquisa mostrou que as espécies cultivadas são consumidas de forma espontânea, de acordo com as necessidades pessoais dos moradores da Rua. Ressalta-se que o cultivo ocorre graças às iniciativas e mutirões que a Organização AmeSatélite divulga em suas redes sociais.

**Figura 30** - Espécies cultivadas na horta urbana comunitária Antônio Aleixo



Fonte: Autor (2023).

Tal qual o apontado no **ANEXO A**, a horta urbana comunitária da Florestinha se caracteriza, devido às condições do local (área de várzea e de replantio em conjunto com espécies nativas da Mata Atlântica) pelo cultivo de árvores frutíferas de grande porte, tais como bananeiras, mamoeiros e jaqueiras (**Figura 31**). O cultivo é realizado pelos moradores da Região, com apoio da Organização EcoMuseu dos Campos de São José, patrocinado pela Prefeitura e pela Petrobrás. O difícil acesso ao local inviabiliza o acesso daqueles que não conhecem o trabalho efetuado na horta.

**Figura 31** – Espécies cultivadas na horta urbana comunitária Florestinha



Fonte: Autor (2023).

Com base nos dados apresentados no **ANEXO A**, verifica-se que a pequena horta

comunitária do Conjunto Residencial Caminho das Montanhas é utilizada para o cultivo de pequenos vegetais (tais como jiló, pimentão e tomate cereja). Do lado não cercado, mas, correspondente à horta, existem algumas árvores frutíferas como limoeiro e Fruta do Conde (**Figura 32**).

A pesquisa mostrou que nas hortas Antônio Aleixo e Conjunto Residencial Caminho das Montanhas os participantes da organização dos espaços desenvolvem o processo de catalogação das espécies cultivadas chamando atenção para os respectivos usos, bem como, providenciam estufas para a proteção de algumas espécies (**Figuras 33 e 34**).

**Figura 32** - Espécies cultivadas na horta urbana comunitária Conjunto Residencial Caminho das Montanhas



Fonte: Autor (2023).

*Figura 33 - Placas com informações sobre as espécies cultivadas – Horta Caminho das Montanhas*



Fonte: Autor (2023).

*Figura 34 - Estufa da Horta Antônio Aleixo*



Fonte: Autor (2023).

## QUINTA SEÇÃO

### 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Hortas Urbanas Comunitárias no município de São José dos Campos, que surgiram gradativamente a partir da década de 2010, representam um aspecto social relacionado diretamente aos aspectos econômicos, sociais e ambientais que vão além da complementação alimentar.

A inter-relação de pautas como o cultivo de alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos e ambientalistas, como o combate ao desmatamento; o ensino de reciclagem e reaproveitamento de alimentos; o cultivo sustentável e a economia circular; o fortalecimento do senso de comunidade que permeia a cultura de um bairro ou vizinhança; o lazer e o contato entre pessoas que buscam uma proximidade com a terra e o plantio em áreas urbanizadas e, conseqüentemente, o bem-estar físico e mental, é um dos fatores que de modo geral contribuem para o surgimento de hortas urbanas comunitárias.

Partindo desta concepção, moradores inspirados em outras experiências prévias e ações econômicas que cada vez mais limitam o acesso a alimentos baratos e saudáveis encontram na Agricultura Urbana uma alternativa para suprir esta necessidade. Eventualmente pessoas que não possuem muitos recursos, espaço ou influência política se organizam para criar uma Horta Urbana Comunitária.

A participação do poder público local em Programas que estimulem o estabelecimento de hortas urbanas comunitárias, que viabilizem espaços e infraestrutura urbana principalmente no que se refere a sistemas de irrigação e de acesso a esses locais, se faz necessário. Isso se revelou nos espaços analisados neste trabalho.

No entanto, a pesquisa mostrou que todas as três hortas foram criadas inicialmente por ações dos próprios moradores locais. Como já apresentado, a participação de organizações como a AmeSatélite e o Ecomuseu dos Campos de São José foram e continuam sendo efetivas para a continuidade e manutenção das hortas urbanas comunitárias Antônio Aleixo e Florestinha (**Figuras 35 e 36**).

**Figura 35 - Imagem do Facebook do Ecomuseu dos Campos de São José**



Fonte: Facebook (2022).

**Figura 36 - Instagram da ONG Amesatélite**



Fonte: Instagram, adaptado pelo Autor (2023).

Apesar disso, verificou-se a presença do poder público local, na criação em 2006 e implementação em 2016 do Programa Hortas Comunitárias nas Unidades de Saúde de São José dos Campos, bem como, o Programa Hortas Urbanas, criado em 2009, cujo objetivo é estimular a criação de hortas em quintais particulares e escolas municipais, tipologias essas que não foram consideradas nesta pesquisa.

A partir de simples olhar pela cidade é possível observar a existência de vazios urbanos em diversas regiões. No entanto, nem sempre é possível identificar o tipo de uso, sendo algumas vezes áreas destinadas à pastagem de gado. A esse exemplo destacam-se os espaços verdes sob as torres de energia elétrica localizados no sul da cidade (Figura 37). A despeito da possibilidade de uso desses espaços para hortas comunitárias, a pesquisa mostrou o exemplo da horta urbana comunitária criada na cidade de São Paulo pela ONG Cidade Sem Fome.

*Figura 37 - Rua Koichi Matsumura no Bairro Jardim América (Zona Sul)*



Fonte: Google Earth (2023)

Foi observado que existem alguns espaços que possuem vegetação rasteira com grande potencial para a prática da agricultura urbana, em destaque para as localidades das Regiões Leste e Sul, onde os Índices de Vulnerabilidade Social são altos. No entanto, não foi possível constatar se tais espaços são públicos ou privados.

Não há dúvida sobre o poder do grande capital, frente ao processo de urbanização e de incorporação dos espaços privilegiados do ponto de vista de infraestrutura urbana, para o alcance de objetivos próprios, daí a importância de um poder público local, que atento às necessidades sociais, possa trabalhar no sentido de promover o acesso e uso de espaços ociosos em benefício da sociedade, promovendo, no caso das hortas, uma alimentação mais saudável e, conseqüentemente, maior desenvolvimento social.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ricardo Schinaider de. Aquecimento global: quem é o culpado?. **ComCiência**, Campinas, n. 152, out. 2013. Disponível em:

[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542013000800005&lng=e](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542013000800005&lng=e). Acesso em: 13 jul. 2023.

ALCÂNTARA, Flavia Alves de; BRANCO, Maria Castelo. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Hortic. Bras.**, v. 29, n. 3, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/?lang=pt#>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ALVES, Luciana Sobis; BUENO, Ayrton Portilho. Apropriação informal em vazios urbanos periféricos: uma investigação na cidade de Erechim-RS. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14. 2022. DOI: 10.1590/2175-3369.014.e20210241 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/MtkKJRHgHzdQbJQFMwgdMDj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Lei n.10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Deputados defendem fortalecimento da agricultura para produção de mais alimentos: Embrapa calcula que país precisa aumentar produção de alimentos em 35% até 2030**. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. **Relatório de agência da ONU aponta que 61,3 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar**. Radio Senado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/07/13/relatorio-de-agencia-da-onu-aponta-que-61-3-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Tudo sobre a Rodovia Presidente Dutra [BR-116]**. 2023. Disponível em: <https://www.rodoviapresidentedutra.com.br/#:~:text=Possui%20uma%20extens%C3%A3o%20total%20de,Marginal%20Tiet%C3%AA%2C%20em%20S%C3%A3o%20Paulo>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 11.700 de 12 de Setembro de 2023**. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11700.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11700.htm) Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/623234>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRUNI, Nikolas Stefano. **Crescimento, manutenção e criação das hortas urbanas em São José dos Campos**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) Universidade do Vale do Paraíba, São José dos. Campos, 2020.

CARNEIRO, Gilberto Rodrigues; SILVA, Edjane Esmerina Dias da. Vazios urbanos: a não utilização dos imóveis municipais em Campina Grande e o descumprimento da função social da propriedade. **Urbe. Rev. Bras. Gest. Urbana**, v. 12, p. e20190294, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Lgzqt3cKNTP38DjhwdGwQMP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 nov. 2023.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; COUTINHO, Maura Neves. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul-dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/download/13322/10554/35388> Acesso em: 20 nov. 2023.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; ZANETTI, Valéria; PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. Uma análise geo-histórica da construção de um mito em São José dos Campos (SP) entre 1930 e 1964. **Urbe. Rev. Bras. Gest. Urbana**, v. 9, n. 2, maio-ago., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/xYwys3rrZGWnv4YVzqqnkTc/?lang=pt#>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ECOMAMOR. **Conheça as principais ONGs que trabalham para promover hortas urbanas**. 2021. Disponível em: <https://ecomamor.org/conheca-as-principais-ongs-que-trabalham-para-promover-hortas-urbanas/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ELIAS, Paulo Eduardo M.; VIANNA, Paula Vilhena Carnevale. Cidade sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1296-1398, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ppHZSTNJhwnvfbgVw6QfggH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FERNANDES, Marilene Thomazello Mendes. **Macrosegregação residencial: o deslocamento das áreas residenciais da classe de alta renda em São José dos Campos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/00006d/00006d8a.pdf>.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION. **Criar cidades mais verdes**. 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION. **O Estado da segurança alimentar e nutrição no Mundo**. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/239349-lan%C3%A7amento-do-relat%C3%B3rio-o-estado-da-seguran%C3%A7a-alimentar-e-nutri%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-2023>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FRANÇA, Luciano Maciel; SANTOS, Leonardo Silva; SANTOS, Juliana Moraes; ZANETTI, Valéria. **Industrialização em São José dos Campos: Primeiro decênio (1920-1930)**.

*In:* CONGRESSO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVAP, 10, 2006, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos, UNIVAP, 2006. Disponível em: [https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2006/inic/inic/05/INIC0000821%20ok.pdf](https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/05/INIC0000821%20ok.pdf). Acesso em: 9 ago. 2023.

IBGE CIDADES. São José dos Campos. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ISIDORIO, Carolina Benevides. **Caracterização e avaliação econômica das hortas urbanas comunitárias em Campos dos Goytacazes, RJ**. 2020. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2020. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/producao-vegetal/wp-content/uploads/sites/10/2021/05/Dissertacao-Carolina-Benevides.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

JACOBI, Pedro. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/pDMtJX4xQYxCWJGCyZPqTrL/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

JATOBA, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. 2009. **Soc. Estado**, v. 24, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CSrVxYphhYvHrgcZgRNF8WF/#>. Acesso em: 1 abr. 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

KUHN, Eugenia Aumond; RORATO, Geisa Zanini; MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de; FALCÃO, Carolina Cristófoli. Panorama das leis de agricultura urbana no Brasil: relações com o planejamento urbano. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 26, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/x7RpLkWB6F7gggfMMMy4cqKb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2023.

LEMOS, Natália da Silva; ANDRADE, Liza Maria da Souza de. de; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. Desafios do planejamento urbano no Brasil e seus marcos legais sob a ótica da agricultura urbana. **Paranoá**, Brasília, v. 14, n. 14, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10902>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Planaltina: EMBRAPA. 2002. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Agriurbana-EMBRAPA.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2023.

MARINELO, Samuel Henrique Damas. **Agricultura urbana em São José dos Campos: apropriação do espaço urbano, modos de vida e conflitos**. São José dos Campos, SP, 2014. 97 f.; 1 disco laser. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, 2014.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua nova**, n. 23, mar. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wg3RJCWFytyd5zJgbn8tVwS/>.

Acesso em: 20 nov. 2023.

MOSQUERA, Ana; PERES, João. Sem Estado, periferias criam alternativas para democratizar alimento livre de veneno. **O Joio e O Trigo**, [S.l.], 2 set. 2019. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2019/09/sem-estado-periferias-criam-alternativas-para-democratizar-alimento-livre-de-veneno/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NASR, Elizabeth Maria Bismarck; FARINHA, Elisa Margarida Kovacs; MADUREIRA Ronaldo Gonçalves; AMARAL, Aretha de Fátima; CORREIA, Margarete Carlos. Hortas Comunitárias nas Unidades de Saúde de São José dos Campos. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 6914-6923, mar./apr., 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/download/46718/pdf/120427>. Acesso em 28 nov. 2023.

NOVICKI, Victor; SOUZA, Donaldo Bello de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Ensaio: aval. públ. Educ.** v. 18, n. 69, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/X9QKZH4kVWttj8m4v3RH6dK/#>. Acesso em: 10 ago. 2023.

**O ATLAS**. IPEA, 2023. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 15 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ana Carolina Nascimento de; SANTOS, Erika Vanessa Moreira. A importância da agricultura urbana: um estudo sobre o programa Eco Hortas Comunitárias no município de Campos dos Goytacazes – RJ. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 16, n. 2, p. 51-68, ago-dez. 2018. Montes Claros, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1080/1118>. Acesso em: 8 ago. 2023.

OLIVEIRA, Márcia Regina de. **Implicações socioeconômicas e territoriais decorrentes da estruturação e reestruturação produtiva do complexo aeroespacial na cidade de São José dos Campos e Região**. 2021. 157 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2022/11/00005d89.pdf> Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e definição do militantismo ambientalista no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/L53xwqPcWBTgLN7Ly7tkjNF/?lang=pt>. Acesso em: 4 maio. 2023.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Os usos da educação no militantismo ambientalista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/mH9X5GzqKmXvhxfwWrFyrCN/?lang=pt#>. Acesso em: 4 mai. 2023.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hN3hk6JsVVyLBLRrJC9cRyR/?format=pdf&lang=pt> Acesso

em: 20 nov. 2023.

PNUD-BRASIL. Ranking IDHM 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>. Acesso em: 15 ago. 2023.

RAMOS, Waldecy Serafim. **Políticas de zoneamento com seus reflexos no urbano: um estudo do bairro de santana, São José dos Campos, entre (1920 e 1950)**. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2009. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2019/03/Pol%C3%ADticas-de-Zoneamento-e-seus-Reflexos-no-Urbano-Um-Estudo-do-Bairro-de-Santana-S%C3%A3o-Jos%C3%A9-dos-Campos-Entre-1920-e-1950.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei nº 15.222 de 28 de Agosto de 2018**. Institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15222-2018-rio-grande-do-sul-institui-a-politica-estadual-de-agricultura-urbana-e-periurbana-no-estado-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 16 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul: para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Maria Siqueira. **Ecomuseu dos Campos de São José: entre memórias e perspectivas**. São José dos Campos: CECP, 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma nova globalização**. 31.ed. São Paulo: Record, 2020.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. 2022. **População, Censo**. 2022. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/populacao/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Encontro aborda experiências sobre agricultura urbana**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/junho/23/encontro-aborda-experiencias-sobre-agricultura-urbana/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Plano Diretor 2018**. Disponível em: <http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/home>. Acesso em: 1 set. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei Complementar nº 623 de 9 de Outubro de 2019**. Estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo, em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos aprovado e instituído pela Lei Complementar n. 612, de 30 de novembro de 2018. Disponível em: [https://servicos.sjc.sp.gov.br/Legislacao/Arquivos/LeisComplementares/2019/LC\\_2019\\_00000623.pdf](https://servicos.sjc.sp.gov.br/Legislacao/Arquivos/LeisComplementares/2019/LC_2019_00000623.pdf). Acesso em: 2 dez. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei Complementar nº 632 de 3 de Abril de 2020**. Altera a Lei

Complementar n. 623, de 9 de outubro de 2019. Disponível em: <https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/C6322020.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Hortas urbanas**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/educacao-ambiental/hortas-urbanas/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Hortas estimulam alimentação saudável em alunos de São José**. 2023. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/agosto/09/hortas-estimulam-alimentacao-saudavel-em-alunos-de-sao-jose>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Famílias da rua Antônio Aleixo recebem título de propriedade**. São José dos Campos. 2018. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2018/agosto/10/familias-da-rua-antonio-aleixo-recebem-titulo-de-propriedade/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Mensagem nº 30/SAJ/DAL/19**. 2019. Disponível em: <https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/Arquivo/Documents/PL/PL3602019-16102019163519-assinado.pdf>. Acesso em 5 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado) Lei Nº 13.727 de 12 de Janeiro de 2004. **Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13727-de-12-de-janeiro-de-2004>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SÃO PAULO (Estado) **Revogação da Lei nº 13.727 de 12 de Janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13430-de-01-de-setembro-de-2002/detalhe>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Lei 16.684 de 19 de Março de 2018. **Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

SHIVA, Vandana. **The violence of the green revolution**. 2. ed. Penang: Third World Network, 1993.

SIQUEIRA, Leandro de Castro. Política ambiental para quem? **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 425-437, jul.-dez. 2008. Disponível: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3KSCKBzNBnHMPbbHsTYGKQd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SODANO, Valeria. **Food policy beyond Neo-Liberalism**. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/224829022\\_Food\\_Policy\\_Beyond\\_Neo-Liberalism](https://www.researchgate.net/publication/224829022_Food_Policy_Beyond_Neo-Liberalism) Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de. **A especialização do lugar: São José dos Campos como o centro da tecnologia aeroespacial do país**. 2008. 191p. Tese (Doutorado em Geografia

Humana) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2019/07/A-especializa%C3%A7%C3%A3o-do-lugar-S%C3%A3o-Jos%C3%A9-dos-Campos-como-centro-da-tecnologia-aeroespacial-no-Pa%C3%ADs.pdf>. Acesso em: 13 out.2023.

TAGUCHI, Makiko; SANTINI, Guido. Urban agriculture in the Global North & South: a perspective from FAO. **Field Actions Science Reports**, Special Issue 20, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Bib%20Central/Downloads/factsreports-5610-1.pdf> Acesso em: 20 nov. 2023.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. **Ambient. Soc.**, n. 5, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/6GKG5ZMmtQvqh9kmjsTFkjg/#>. Acesso em: 25 fev. 2023.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

YATZIMIRSKY, Marie-Caroline Saglio. A comida dos favelados. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 58, p. 123-132, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10184/11771> Acesso em: 20 nov. 2023.

VEECK, Cristiane; FEIJÓ, Lara; ROSA, Fábio Roberto Rocha da; ELIERT, Claudete Dias; COSTA, José Milton Costa da; CEZAR, Clarisse Santos; VIANNA, Maria Benta Boeira; LOPES, Lucas da Rosa; OLIVEIRA, Marta Jurema Lima. Hortas urbanas: a experiência do Centro de Referência em Assistência Social da Lomba do Pinheiro. **Cadernos de Agroecologia**, Sergipe, v. 15, n. 2. 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3075/2563>. Acesso em: 21 nov. 2023

ZANIRATO, Silvia Helena; RANIERI, Guilherme Reis. Comidas da horta e do mato: plantas alimentícias em quintais urbanos no Vale do Paraíba. 2021. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 101, jan.-abr. 2021. Disponível em: [https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185136/171343#content/citation\\_reference\\_20](https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185136/171343#content/citation_reference_20). Acesso em: 13 jun. 2023.

## ANEXO A – ESPÉCIES CULTIVADAS NAS HORTAS ESTUDADAS

Espécies cultivadas	Horta urbana comunitária Antônio Aleixo (Zona Sul)	Horta urbana comunitária Conjunto Residencial Caminho das Montanhas (Zona Norte)	Horta urbana comunitária Florestinha (Zona Leste)
Abacate			X
Abacaxi	X		
Abóbora	X		
Abobrinha		X	
Abobrinha Carioca		X	
Açafrão		X	
Acerola	X		
Alecrim		X	
Alface	X	X	
Alho-Poró	X		
Almeirão Roxo	X	X	
Almeirão Verde	X		
Amora	X		
Babosa		X	
Bálsamo		X	
Banana Nanicão	X		X
Banana Prata	X		X
Banana da Terra	X		X
Batata Doce	X		X
Berinjela		X	
Beterraba	X		
Boldo	X		
Boldo-do-Chile		X	
Cana do Brejo	X		
Cana Listrada	X		
Capim Cidreira	X		
Capuchinha	X		X
Cebola	X		
Cebolinha		X	X
Cereja do Rio Grande		X	
Chuchu	X		
Citronela		X	
Comigo-ninguém-pode		X	
Coleus			X
Couve	X	X	
Cúrcuma	X		
Espinafre	X		
Feijão Guandu			
Fruta-do-Conde		X	
Goiaba		X	X
Guaco	X		X
Hortelã		X	
Jaca			X
Jiló		X	
Lavanda		X	
Levante		X	
Limão Cravo		X	
Mamão	X		X
Mamona	X		X
Manjeirão		X	
Maracujá		X	
Melissa	X	X	
Mentruz		X	
Morango	X		
Mulungu			X
Novalgina		X	
Ora-pro-Nobis		X	
Peixinho		X	
Penicilina Roxa	X	X	
Pimenta	X		X
Pimentão		X	

Piracá	X		
Pitanga	X	X	
Pitaya	X		X
Quiabo	X		
Quiabo de Árvore	X		
Quiron	X		
Rabanete	X		
Romã	X		
Salsa		X	
Salsão	X		
Sangra d'água			X
Savaca	X		
Serralha	X		
Taioba	X		
Tomate		X	
Tomate de Árvore		X	
Tomate Cereja		X	

Fonte: Autor (2022, 2023)